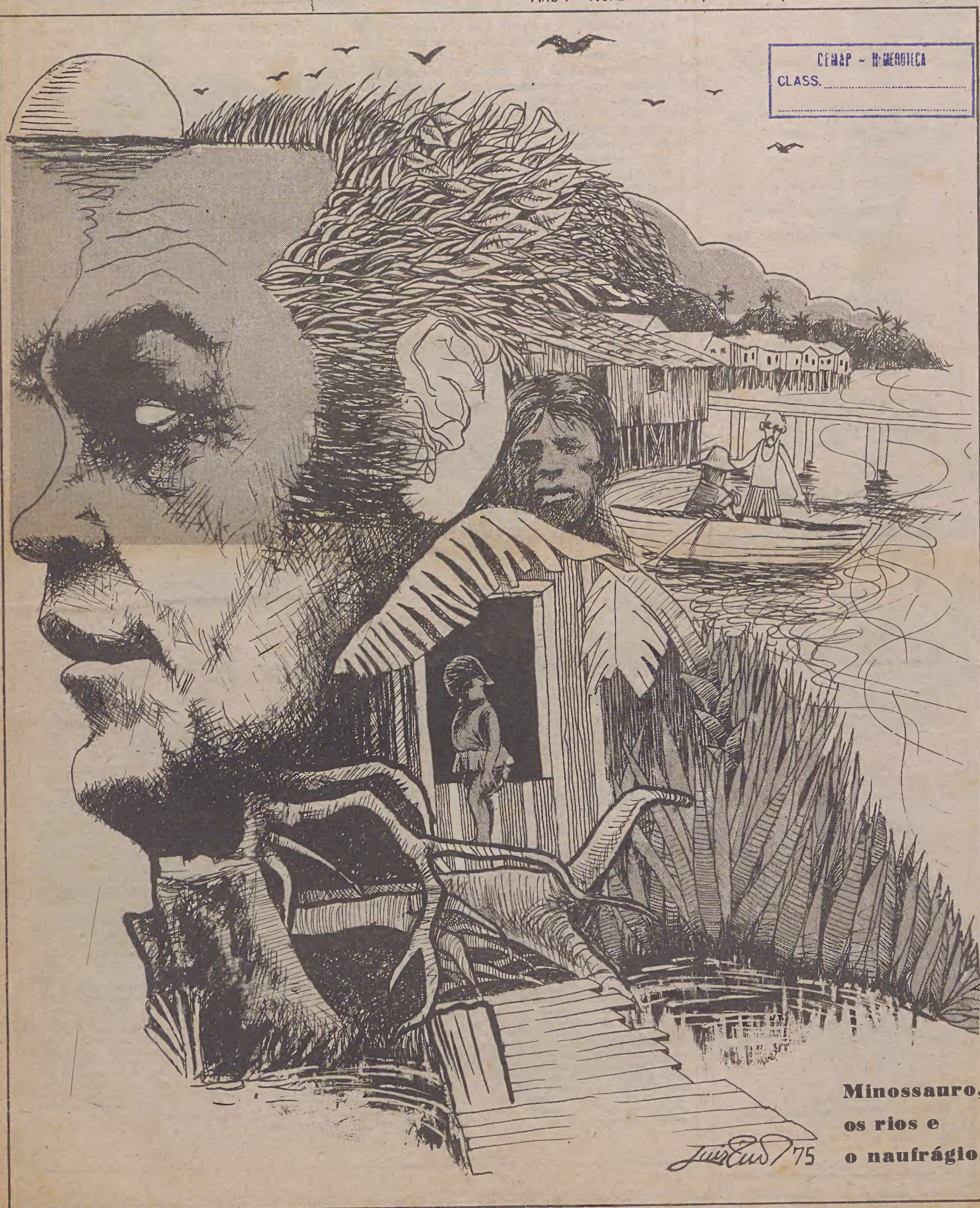


# BANDEIRA 3

Ano 1 - No. 2

Belém, 22 a 28 de janeiro de 1975

Cr\$ 3,00

CEMAP - BIBLIOTECA  
CLASS. ....

**Minossauro,  
os rios e  
o naufrágio**





# BANDEIRA 3

Uma publicação da Editora Tapajó

REDAÇÃO  
EDITOR: Lúcio Flávio Pinto

ASSUNTOS  
NACIONAL/INTERNACIONAL: Guilherme Augusto

AMAZÔNIA: Raymundo Costa

CIDADE: Raimundo José Pinto

ESPECIAL: Walter Rodrigues

ARTES/ESPETÁCULOS: Regina Alves

FOTOGRAFIA: Ademir Silva

DIAGRAMAÇÃO: Antonio Carlos Guimarães

ILUSTRAÇÃO: Luís Antonio Pinto

REPÓRTERES: Nélcio Palheta, Paulo Roberto Ferreira, Elias Pinto Jr., Fernando Lima, Francisco Guerra.

CORRESPONDENTES: Sérgio Buarque e Palmério Vasconcelos (S. Paulo), Hamilton Bandeira (Rio), José Ademir Braz (Marabá), Elson Martins (Macapá), Manoel Dutra (Santarém), Manoel Lima (Manaus).

COLABORADORES: Osmar Pinheiro, Luis Otávio Barata, Hanna-Karina Bujnowska, Haroldo Melo, Isidoro Alves, Walter Bandeira.

REVISÃO: Graziela Murrieta

## ADMINISTRAÇÃO

GERENTE: João Batista Marques

PRODUÇÃO: José Jaime Hounsell

Redação e Administração: Rua 13 de Maio, 82, conjunto 1104.

Composto e impresso nas oficinas da DELTA PUBLICIDADE S/A.

Permitida a transcrição de matérias, desde que citada a fonte.

## Rasgando a trilha

O jornalista Oliveira Bastos, que a partir de hoje escreverá análises políticas para o BANDEIRA 3, trouxe de Brasília a teoria de que necessitávamos para explicar por que viemos: contrapor aos planos que nos chegam bem acabados, trilhando rotas pelas quais não trafegamos; a nossa voz, talvez rouca e pouco potente, mas desejava de se fazer ouvida e de instalar um diálogo a um nível honesto e sério. Embora toda a expectativa circundante a um empreendimento do tipo do BANDEIRA 3 seja inflexível ("não passa do primeiro número", é a sentença em bocas que geralmente só se acostumaram a soliloquios empobrecidos), nossa disposição é a de fixar (um novo jornalismo) para ficar (criando com isso uma corrente de opinião pública).

Estamos bastante distantes das condições ideais para que um bom jornal se sustente. Falta-nos uma estrutura empresarial e um tempo maior por parte dos esforçados e dedicados repórte-

res, colaboradores e editores que procuram preencher os espaços vazios do jornal não apenas com letras mas também com ideais em seu interior. Reconhecidas algumas limitações estruturais, cremos ter aberto um novo leito pelo qual um maior número de pessoas poderá navegar em busca de suas próprias verdades e do compromisso com a vida.

Neste número, uma continuação ampliada e renovada do anterior, tentamos refletir com maior proximidade a semana que passou, projetando-a na semana seguinte das semanas que virão dentro do ano que começamos a construir. É imprescindível que nossos leitores ajudem a construir o BANDEIRA 3, comprando-o, lendo-o, discutindo-o e escrevendo, desde cartas abertas e francas a artigos que nos ajudem a iluminar os caminhos desta imensa região.

O EDITOR

## Cartas

### "Mancha de inteligência"

BRASÍLIA — Meu caro Lúcio. Pela muita admiração profissional que tenho por você e pelo que sei do esforço sério e desamparado que é o "BANDEIRA 3", quebro uma promessa que fiz a mim mesmo de não me envolver com problemas políticos do Pará. Primeiro, porque estou afastado daí há mais de vinte anos e com descontinuidades irreparáveis de acompanhamento do processo político local. Depois, a distância transformou o Pará na minha Utopia — a ilha do conflito nenhum. Você não pode avaliar a doçura que é andar pelas ruas de Belém isento de qualquer tipo de ressentimento, o que só é possível porque gregos e troianos me consideram em trânsito.

E em Peixe-Boi, onde me devolvo ao bugre que sempre fui, o programa é voltar à caverna com eletricidade. Ora, o que você me propõe é justamente a quebra de tudo isso. Se escrevo, como você exige, sobre a política e os políticos do Pará, vistos daqui, desta torre de observação que é o Planalto Central, deixo automaticamente de ser o homem cordial e não posso esperar a cordialidade alheia. E corro o risco de ser encarado como um "estrangeiro" intrometendo-se nos negócios internos da tribo.

Por outro lado, não posso recusar o seu convite. Primeiro porque você não paga colaboradores e trabalhar de graça é uma tentação a que não consigo, por mais que me esforce, resistir. E se o trabalho, além de gratuito, envolve um certo risco de situações incômodas, de malentendidos, aí então, meu caro, a adesão torna-se compulsória. Em segundo lugar, é uma ilusão pensar que o Brasil está descobrindo agora a Amazônia. O que se procura não é a Amazônia, mas o ferro, o carvão, o petróleo, o alumínio, o linho e o que Deus houver posto nela de recursos minerais. Há uma busca desesperada de compreensão das manchas registradas nas fotografias do Projeto Radam. Das alturas em que é olhada a Amazônia o homem simplesmente desaparece. Integra-se nas manchas como o seu elemento mais desprezível. Vem você, então, com essa admirável equipe do "BANDEIRA 3" e prova que somos uma mancha que pensa e, o que é mais admirável, uma mancha que quer ser levada a sério. É tão comovente esse seu projeto que não me importa saber se ele vai dar certo ou não — se vai me causar aporriações ou não. Conte comigo. (OLIVEIRA BASTOS, jornalista)

### "Esperança"

Caro Lúcio:

Antes mesmo que a BANDEIRA 3 chegasse às bancas, eu já o havia procurado, pela manhã, tal a minha ansiedade por vê-lo realidade. Parabéns a você e sua equipe pelo que se propõe fazer pela Amazônia, divulgando-a de forma honesta e descompromissada. Não será, é verdade, tarefa fácil. Sua inteligência jovem, no entanto, é uma grande esperança.

(CICERINO CABRAL DO NASCIMENTO, Diretor-Presidente da COHAB)

### "Mesmo rio"

O que espero de um jornal novo, em Belém?

Devo dar minha receita de esperança: que seja verdadeiro, jornalístico e aberto; que faça dos fatos um ponto de partida, para uma visão global da realidade — hoje do mundo, especialmente amazônico; que não deseje moldar a realidade sob suas opiniões, mas transforme essa realidade a partir da visão que determine em torno dela; que desenrole o fio da meada perdido na vida histórica da região; que desperte, em termos críticos, a nossa adormecida e merencória memória; que seja nativista, indianista e amazônista.

Quando desejarem uma bandeirada de poesia ou crônica, podem contar comigo, que eu só sei dirigir o táxi da inspiração. E creio que navegamos no mesmo rio.

(João de Jesus Paes Loureiro, poeta)

### "O futebol está sem um comando"

Senhor Redator:

Li o número 1 do BANDEIRA 3 e gostei, estando pronto para colaborar com esta magnífica idéia. Sua sobrevivência provará que neste aspecto, Belém não é a cidade do já teve.

Ao ler a parte referente ao futebol, reconheci ter sido o repórter responsável pela matéria, iludido em dois fatos, pois a fonte lhe deu informações "imprecisas".

Na primeira imprecisão refere-se ao Mangueirão, como é conhecido o Estádio Alacid Nunes: como ele bem frisou, caminhando para o terceiro governo do Movimento de Março de 64. Isto entretanto é outra coisa. O que desejo reparar é sobre a afirmativa de que o empréstimo não foi aprovado pela

Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

O projeto do empréstimo foi talvez uma das poucas matérias desta atual legislatura, aprovado sem discussão. Mas, ao se tratar de empréstimo de dinheiro estrangeiro (parece-me marco alemão), a Constituição Brasileira exige a aprovação do Congresso Nacional, além da aprovação das Assembléias Legislativas estaduais.

A nossa aprovou o empréstimo antes das eleições, mas depois das mesmas caiu no esquecimento de todos, talvez por não ter acontecido outras cenas lamentáveis como daquele Paissandu x Remo pelo Nacional de clubes, que muita gente foi ver bola e recebeu bola.

O segundo reparo é com relação ao auxílio da Federação de Futebol à Federação de Desportos, que segundo o coronel José Bahia, presidente da primeira, é dado "uma parte do dinheiro para a FPD, e o restante transferido para os clubes filiados, principalmente os chamados pequenos", tudo isso tirado dos 10 por cento das rendas.

O coronel Bahia, a quem sempre retribuí no exercício da profissão de jornalista, as maiores considerações que sempre me deu, ao falar sobre este assunto quis ser muito benevolente para o atual estado de coisas que reflete a falta de nomes capazes de levar a um melhor rumo o nosso esporte em geral.

Se existem dificuldades na FPF e conseqüentemente no futebol paraense, a FPD não concorre em nada para isso. Depois que a taxa de cinco por cento dada do futebol à FPD cessou o acordo em julho de 73, a Federação de Futebol ficou desobrigada de pagar qualquer ajuda, inclusive por culpa dos próprios clubes. Estes, em Assembléia Geral, votaram por unanimidade que deveria ficar a cargo da presidência da FPF dar ou não a taxa para a federação eclética, atualmente lutando com uma crise financeira crônica, pois mais ou menos em agosto de 74, a FPF deu 12 mil cruzeiros para a FPD, quando esta necessitava de 60 cruzeiros para resolver seus problemas, inclusive telefone, que passou seis meses cortado.

Caso a FPD recebesse os 50 por cento, dos dez por cento das rendas dos jogos, ela não estaria faltando a todos os certames por falta de recursos, e nem atrasaria o pagamento dos seus funcionários.

No momento o que ocorre no esporte paraense não é crise econômica e sim de valores. Os clubes que digam quando votarem nas eleições para renovarem as federações. Elas no momento compõem uma situação que satisfaz aos interesses de um grupo político-esportivo que se apossou de tudo mas que não deve demorar a ser repudiado. A não ser que todos achem que o Pará não regrediu com eles no comando, e tanta gente talentosa estando de fora.

(ELOY LINS)





Ao chegar ao meio século de vida, Benedito Monteiro, saído dos golfos complicados de Alenquer, chegou à planície onde trafegam uns poucos escritores de obra sólida. Um mês antes do lançamento de seu segundo volume (de uma trilogia que começou com "Verde Vago Mundo"), ele fala ao BANDEIRA 3.

## O mundo vago e verde de Benedito

**LÚCIO FLÁVIO** — Depois da tua atividade política, o que te levou a ingressar na literatura?

**BENEDITO MONTEIRO** — Em primeiro lugar não foi propriamente ingressar na literatura porque eu, desde jovem, já tinha uma vivência de literatura. Eu publiquei em 1945 um livro de poesia no Rio de Janeiro. E militava no meio literário. Mas, naturalmente isso foi interrompido pela minha militância política; e daí eu voltar a fazer literatura foi uma motivação de ordem humana principalmente, porque eu sou um cidadão com uma vocação pública e como foram cassados os meus direitos políticos, eu não tinha mais como exercer essa minha vocação pública. Como eu já tinha, antes, essa vivência literária, eu procurei voltar a ela e tentar, através da literatura, exercer minha vocação de homem público.

(CONTINUA)





**RAIMUNDO JOSÉ** — Essa sua volta foi apenas motivada pela sua cassação?

**BENEDICTO** — Acredito se eu não tivesse sido cassado, as minhas responsabilidades como líder político, talvez não me permitissem, materialmente, voltar à literatura.

**LÚCIO FLÁVIO** — Em que essa longa atuação política beneficiou o escritor?

**BENEDICTO** — Os problemas da Amazônia, principalmente os problemas humanos, em toda a decorrência dessa minha atividade política, foram a tônica do meu exercício de mandato. Então, claro que durante todo esse tempo eu tive uma extraordinária experiência, não só de problemas humanos, sociais, econômicos, políticos, como uma motivação muito grande em torno de todos esses assuntos; naturalmente que foi um caldeamento que se operou durante essa época e que permitiu usar todo esse material, atualmente, na trilogia que eu estou escrevendo.

**LÚCIO FLÁVIO** — Como foi que surgiu a idéia de escrever o "Verde Vago-Mundo"?

**BENEDICTO** — Eu precisava fixar, para mim mesmo, e também para a literatura, talvez até para a história, quem sabe, um mundo que está prestes a desaparecer, que é, justamente, essa região do Baixo Amazonas. O Baixo Amazonas é talvez a região mais tipicamente amazônica e mais tipicamente paraense que existe, porque ela não foi atingida pela imigração nordestina e por imigração estrangeira — não teve nenhuma influência. Então, essa população, ela é de origem tipicamente indígena e portuguesa, mas muito acentuadamente a origem indígena. Então o caboclo do Baixo Amazonas não apenas é um homem típico da região, como também o mundo em que ele vive é de uma região de civilização tipicamente fluvial. Como esse aspecto da nossa vida foi violentamente distorcido pela política de estrada de rodagem, possivelmente, daqui há alguns anos essa região que eu procuro retratar no Verde Vago-Mundo vai desaparecer como região típica porque vão surgir, lá, as frentes de trabalho, de progresso. A própria transferência que está ocorrendo de populações inteiras, que tiveram toda a sua vivência no meio fluvial, para a terra firme, para a beira da estrada, já é uma violentação extraordinária e que possivelmente vai desfigurar o aspecto principal daquela região. Então, isso que me motivou, realmente, para escrever o Verde Vago-Mundo, quer dizer, eu pretendi fixar na minha trilogia esse mundo que possivelmente vai desaparecer.

**LÚCIO FLÁVIO** — Nos dois livros, Verde Vago-Mundo e no Minossau, há uma grande intimidade com o meio

ambiente, com esse mundo das águas, do homem que habita sobre as águas. Como foi que tu chegaste a essa intimidade tão grande com todas as coisas da natureza e as coisas típicas do homem dessa região? Como foi esse trabalho de registro mental ou registro escrito que permitiu criar um volume de informações tão grande sobre essas regiões?

**BENEDICTO** — Eu nasci e me criei, praticamente, em Alenquer, no Baixo Amazonas. Sou filho de um fazendeiro, um pequeno criador, e embora tenha passado algum tempo da minha instrução no Rio de Janeiro, eu voltei para Alenquer e nessa região eu fui tudo que um indivíduo pode ser: criador, produtor de castanha, juiz, pretor, promotor, advogado, vereador. Então o exercício de todas essas profissões me permitiu, vamos dizer, me entranharem naquele mundo.

## Extinguem-se os aviadores: fica a solidão

**RAIMUNDO JOSÉ** — Há pouco, você disse que desde Inglês de Sousa não se tratava desse assunto, dessa população que tende a desaparecer. Então, a que você atribui esse claro imenso que houve desde Inglês de Sousa até o Verde Vago-Mundo?

**BENEDICTO** — Sinceramente eu não sei a que atribuir esse vácuo enorme, mas a realidade é que ele existe, porque a não ser Inglês de Sousa, só Raimundo Moraes é que nos dá uma idéia, mas não tão nitidamente como Inglês de Sousa, do que foi o Baixo Amazonas.

**LÚCIO FLÁVIO** — Depois de Verde Vagomundo, o que o levou a escrever o Minossau? Qual a linha de continuidade entre um e outro? O que o segundo acrescenta ao primeiro?

**BENEDICTO** — Na verdade o Verde Vagomundo, o Minossau e o Regatão, que será o terceiro livro da trilogia, eles foram praticamente projetados em conjunto e a idéia foi tida em conjunto. Quando eu comecei a escrever o Verde Vagomundo já comecei a escrever com a idéia da trilogia, porque eu considero que é muito difícil fazer um só romance, um só livro, retratar aquele mundo inteiramente diversificado. Mesmo porque eu queria dar também uma noção de tempo dos três livros e isso me fez projetar essa trilogia. Quando eu pensei escrever sobre o Baixo Amazonas eu já tinha a idéia de que não poderia fazer um livro só então já pensei na trilogia. Agora, em Verde Vagomundo o personagem central, que daria até o nome título, que é o Cabra da Peste, ele continua no Minossau. O Cabra da Peste, quer dizer, o homem que teve a rara influência do Nordeste, ele continua no Minossau como o "Homem Saurio", o Homem Jacaré, e

continuará no Regatão como o homem fluvial, o homem do rio. Não sei se vou conseguir mas o meu objetivo é justamente entrar uma unidade nesses três livros para refletir a realidade do Baixo Amazonas.

**LÚCIO FLÁVIO** — Além dos aspectos puramente intuitivos da obra ela tem os seus aspectos de criação intelectual, de elaboração mental. Como é que foi possível, no caso da preocupação básica da trilogia, que é unir o tempo universal com o tempo amazônico, modernizar a narração literária na região e criar um romance de contexto? Como é que foi feito esse trabalho de ligação do tempo amazônico com o tempo universal, através, por exemplo, no Verde Vagomundo, das emissões de rádio? Como foi essa idéia?

**BENEDICTO** — Bem, isso eu acho que partiu do próprio contexto porque realmente significa isso a própria realidade do Baixo Amazonas. Lá a vida é tão isolada que só há essa ligação. Eu apelei para o rádio transistor porque realmente o rádio transistor processou uma revolução no Baixo Amazonas. Ele levou àquele povo notícia e conhecimentos que ele jamais poderia ter porque é totalmente isolado do mundo. Depois que terminou a época do "regatão" no Baixo Amazonas, que extinguiram-se as grandes companhias de navegação, ou por outra, faliram as grandes casas aviadoras — Nicolau da Costa & Cia, Ferreira de Oliveira Sobrinho, Silva & Cia — praticamente essa região ficou sem comunicação, porque a comunicação era o "regatão". Quer dizer, quem levava as notícias para a cidade eram os navios em viagens constantes de Belém a Manaus e Manaus a Belém. Mas isso desapareceu. Quer dizer: ficou uma região realmente isolada, o Baixo Amazonas é praticamente uma região sitiada, porque o sistema rodoviário liga uma parte dessa região, ou agora através de Santarém e outra chegando até Manaus. E essa região ficou todinha isolada de notícias e comunicação, daí sobrar só o rádio transistor. Por isso que foi não só, um achado, como também um reflexo da realidade.

## O regatão já morreu. Agora a vez do rio

**RAIMUNDO JOSÉ** — Você disse agora que o regatão morreu. Terminou mesmo, totalmente? Eu tenho visto alguns sobreviventes. Ele morreu nesse sentido de levar notícias ou morreu também quanto àquele tipo de comércio que faziam?

**BENEDICTO** — Ele morreu como uma organização regular, como um comércio regular. Hoje o regatão é esporádico, ele não tem mais a obrigação de chegar todo mês,

tudo dia, toda semana na cidade. São particulares, são aventureiros, pequenos comerciantes que continuam usando o transporte como meio de comércio, mas não têm mais a regularidade que tinham antigamente. Antigamente essas Casas Aviadoras tinham frotas de navios ligando todo o Amazonas para o trânsito do comércio, da indústria extrativa, da castanha, do cumaru, da balata, do gado. Então, ele mantinha uma linha regular. Hoje essa atividade do regatão, quase extinta, é feita só por aventureiros, comerciantes pequenos, pessoas que se dedicam ao comércio, pequeno, mais localizado. Inclusive já não tem mais um regatão, já não tenho conhecimento de um regatão que faça (como fazia, por exemplo Nicolau da Costa & Cia, Ferreira de Oliveira Sobrinho), quer dizer, uma linha que fosse de Belém a Manaus e de Manaus a Belém visitando centenas de portos em todo o trajeto. Já não existe mais. Podem existir linhas dedicadas a Óbidos, a Santarém, a Alenquer.

## Latifundiário

### é quase um "pobre diabo"

**RAIMUNDO JOSÉ** — Como se faz esse comércio agora. Por estradas? Há pontos lá onde não existem estradas, como pela margem esquerda do Rio Amazonas.

**BENEDICTO** — Acho que Santarém assumiu o seu lugar de entreposto comercial dessa região. A estrada tirou toda a mercadoria que descia pelo rio, então ela passou a ser feita através da rodovia. E isso eliminou uma série de empresas fluviais que operavam nessa região. Agora no Baixo Amazonas, especificamente, Santarém e Óbidos praticamente assumiram essa condição de entreposto comercial. Em vez desses regatões visitarem todos os portos do Baixo Amazonas, eles apenas atracam logo em Óbidos e Santarém para receberem a mercadoria dessa região.

**LÚCIO FLÁVIO** — Em termos ficcionais, definiste Alenquer como o esgoto do Rio Amazonas. Em termos do observador político e sociológico definirias Alenquer em suas possibilidades imediatas futuras de que maneira?

**BENEDICTO** — Interessante que Alenquer sofreu uma situação histórica que merece ser considerada. Na oportunidade em que eu era Secretário de Terras do Estado e líder político, praticamente foi feita a reforma agrária do município, não através da distribuição ou da redistribuição dos latifúndios existentes, mas na distribuição total das áreas devolutas do Estado em torno desses

latifúndios. Então praticamente a economia do município, que era como de todos os municípios do interior, liderada pelos latifundiários, deixou de ser liderada, mas não teve, em seu lugar, uma força produtiva que assumisse, porque as forças produtoras que deveriam assumir o lugar dos latifundiários em Alenquer, deveriam ser as cooperativas fundadas e organizadas para esse fim, mas que foram extintas por incapacidade e falta de assistência. Então Alenquer é uma cidade que teve uma reforma agrária, mas que em compensação não teve a transição de outra forma que assumisse a liderança do comércio e da produção. Por isso eu acredito que Alenquer esteja numa situação muito difícil. Precisaria que alguém, do ponto de vista político, social e econômico, verificasse essa condição; e somente organizações coletivas poderiam substituir o latifundiário que foi totalmente anulado pela distribuição de terras em torno de suas propriedades. O latifundiário lá não tem grande área. É um pobre, um pobre diabo. Não tem poder econômico nem poder político. Essa é uma condição, aliás, "sui generis". Do ponto de vista ficcional a história de Alenquer é realmente maravilhosa, porque um povo que foi experiência de uma reforma dessa natureza, naturalmente que tem, dentro de si, uma concepção política diferente dos outros.

**LÚCIO FLÁVIO** — Agora, nesses termos, o futuro de Alenquer poderia ser associado aos futuros de São Domingos do Capim, de Bragança, que com a mudança do principal meio de transporte do rio para a rodovia estão morrendo? O destino de Alenquer também é esse?

**BENEDICTO** — Alenquer, nesses últimos anos, sofreu uma decadência extraordinária. Ela regrediu profundamente: econômica, social e politicamente. Não tanto como Bragança ou São Domingos do Capim porque ela possui, talvez, a faixa de terras mais fértil de todo o território paraense. E essa região de terra fértil é que tem impedido o seu desaparecimento. Por essa razão, acredito, é que ela não vá ter o destino de S. Domingos do Capim ou de Bragança, onde as terras não são férteis e sua economia baseava-se numa agricultura incipiente, de subsistência. Alenquer não, apesar de até hoje ainda ter sua economia baseada numa agricultura de subsistência, ela tem condições de fazer uma agricultura de alta rentabilidade.

**LÚCIO FLÁVIO** — Então, Alenquer estaria enquadrada naquele tipo de terra da promessa que não foi descoberta? O que se vê em termos de programa de governo, inclusive neste último governo, é que ela tem sido abandonada no planejamento de ocupação da Amazônia.

(CONTINUA)



Este governo atual, por exemplo, ele praticamente elimina as áreas do Baixo Amazonas da sua faixa de maior atuação, considerando que essa é uma área praticamente perdida, porque vai se transformar num território, no Território do Tapajós, capital de Santarém, incluindo toda a atual micro-região. Então, essa indefinição, ou essa transição de uma indefinição, não está prejudicando essas possibilidades econômicas de Alenquer?

**BENEDICTO** — Tu tocaste em vários assuntos importantíssimos numa só pergunta. A primeira de todas eu acho que é a do Território Federal. Eu acho que o Território Federal, atualmente, é sem sentido, não tem mais sentido nenhum. Ele foi concebido como uma forma de estabelecer uma região para desenvolvimento e isso baseado em que o Estado não teria recurso para desenvolver toda sua área. Então o governo federal, através de um programa direto e de uma intervenção direta, administrativa, econômica e politicamente pudesse dar maior atenção e desenvolver àquela área. Ocorre que o sistema federativo do Brasil não existe, existe remotamente do ponto de vista político. Então, se o governo quiser desenvolver uma área, não tem de recorrer ao território para criar uma estrutura inteiramente desnecessária, uma infra-estrutura burocrática inteiramente desnecessária, porque hoje a força do poder central sobre os Estados é tão grande que nem o governador, nem as Assembléias Legislativas são entraves para qualquer atividade do governo federal em determinada região. Então, não tem mais sentido falar na criação de território federal no Pará, enquanto permanecer o atual sistema de governo. Além desse assunto, tu tocaste noutro aspecto importante, que é a distorção da solução aos problemas da região amazônica. É inconcebível que uma região, que tem 30 mil quilômetros de rios navegáveis, durante 10 anos ou até durante 15 anos não tenha recebido um programa para incrementar o transporte fluvial. Essa região, que durante séculos foi exclusivamente dirigida, abastecida, desenvolvida através do sistema fluvial, de uma hora para outra é completamente abandonada nesse setor. Só isso representa o caos, uma coisa realmente inconcebível. Enquanto não se atentar para isso, essa região, que viveu sempre em função dos rios, ficará nessa condição.

**LÚCIO FLÁVIO** — Tu falaste, durante algum tempo, sobre uma tese: a migração de populações das beiras dos rios para a das estradas, onde ele mudaria seu aspecto antropológico de formação e ao mesmo tempo não conseguiria se adaptar numa nova situação econômica. Poderias explicar em termos mais detalhados?

**BENEDICTO** — O que se está fazendo com essas populações ribeirinhas realmente constitui um crime, porque o povo que viveu a vida inteira à margem do rio, que nasceu, se criou, que teve toda sua ascendência, que vem de habitantes das margens dos rios, ele não pode ser deslocado abruptamente da margem do rio para a terra firme, para beira de uma estrada onde ele vai encontrar um mundo completamente diferente, para o qual ele não tem o mínimo preparo de vida. Os hábitos alimentares são completamente diferentes, ele está acostumado a trabalhar na várzea, só sabe plantar na várzea, colher na várzea, criar na várzea. Então, pega-se um homem desses e joga-se na beira da estrada. O que é que ele vai fazer? Ele vai encontrar um mundo completamente diferente. Às vezes aos 30 anos de idade, que é a uma idade avançada para aquele povo, vai começar a viver de novo.

## O minossauro: um homem que é um jacaré

**LÚCIO FLÁVIO** — Fala-se com pouca frequência sobre essa população. Terias casos concretos e detalhados sobre essas pessoas que saíram da beira dos rios, atraídas por algum emprego ou pela febre da estrada e voltado para a beira do rio e que nesse processo tenha havido uma anarquia, uma desorganização na vida do indivíduo? Conseguiste registrar casos concretos?

**BENEDICTO** — Não, eu tenho uma idéia-geral sobre o problema. Infelizmente não tive condições de aprofundar esse meu estudo. Mas, se fizer uma pesquisa da população das margens dos rios, vai-se verificar o que estou dizendo e talvez encontrar coisas muito mais aberrantes.

**LÚCIO FLÁVIO** — Poderias definir o plano do segundo livro, o Minossauro?

**BENEDICTO** — O Minossauro se passa numa equipe sísmográfica da Petrobrás, no Baixo Amazonas. E ele é vivido nessa equipe para poder não se absorver a uma cidade, como no caso de Verde Vagomundo, que praticamente foi vivido em Alenquer. Nesta equipe ele terá condições de poder refletir melhor a região do Baixo Amazonas, sem se ater a uma só realidade.

**LÚCIO FLÁVIO** — E o que já está amadurecido no terceiro volume?

**BENEDICTO** — No terceiro volume o personagem que foi o Cabra da Peste no Verde Vagomundo, e que é o Minossauro no segundo volume, será o homem dos sete instrumentos no "Regatão": será cozinheiro, mestre, piloto, marinheiro; e através de sua vida no Regatão ele vai procurar unir todas as histórias do Minossauro e do Verde Vagomundo.

**RAIMUNDO JOSÉ** — Após o sucesso de Verde Vagomundo, que inclusive foi citado pela revista Veja como um dos 10 melhores lançamentos do ano, após todo esse sucesso, o que foi que o Benedicto Monteiro teve como lucro?

**BENEDICTO** — Materialmente nenhum. Eu não tive grande lucro. Quanto ao aspecto intelectual foi imenso, porque para mim, particularmente, embora tenha todo o amor, seriedade, todo o afinho em realizar esse trabalho, para mim foi uma grande surpresa o êxito alcançado.

**LÚCIO FLÁVIO** — Geralmente todo trabalho feito em Belém, para ter um consenso de aceitação, ele tem que sair. Tem primeiro que ser reconhecido lá fora para depois ser aceito aqui dentro. Como foi a luta para que o Verde Vagomundo chegasse a sair dos limites do Pará?

**BENEDICTO** — Eu tive uma grande luta para suprir o dever que a editora tinha de fazer: a divulgação e a apreciação através da crítica e dos meios literários. O único trabalho que eu tive foi a distribuição desse livro por pessoas que lessem e se manifestassem da maneira que todo mundo sabe. Eu acredito que se a editora tivesse maior responsabilidade na distribuição, na divulgação desse livro, ele teria alcançado uma divulgação muito maior, porque foi verdadeiramente fortuita a maneira como a crítica tomou conhecimento do livro. Não houve um trabalho organizado, foi a simples leitura do livro que permitiu que ela se manifestasse.

**RAIMUNDO JOSÉ** — Você atribui isso ao fato de ser paraense?

**BENEDICTO** — Não, eu atribuo isso ao fato da literatura ser mesmo um tipo de atividade que ainda não está estruturada em bases comerciais na divulgação. Somente agora, através dessa crise do papel, talvez a literatura seja encarada de forma que possa ser enquadrada nessa nova civilização e cultura.

**RAIMUNDO JOSÉ** — Existe mesmo esse preconceito, não só ao paraense, mas ao pessoal do Norte?

**BENEDICTO** — No sul existe, nós até somos apelidados lá como o "exército do Pará". Antigamente, alguns intelectuais pretenderam tomar de assalto a cidadela literária do Rio de Janeiro e o pessoal de lá ficou meio despeitado e nos apelidou de "exército do Pará": então há realmente um certo preconceito com o pessoal do Pará a respeito de arte e literatura.

## Alenquer era politizada. (Já não é)

**LÚCIO FLÁVIO** — Como é que a população de Alenquer reagiu ao tratamento de Verde Vagomundo?

**BENEDICTO** — Eu te-



nho recebido as manifestações mais interessantes a esse respeito pelo pessoal lá de Alenquer, mas acho que o meu livro foi muito prejudicado para o povo alenquerense porque eles procuram localizar os personagens nas pessoas que vivem em Alenquer. Isso diminui o entendimento do livro. Eles procuram localizar a época, identificar os personagens com as pessoas que vivem lá. Como é muito ficcional, eles não entendem isso, procuram dar a sua interpretação que identifique os personagens da forma que bem entendem. Então é muito gozado as pessoas manifestarem sobre isso porque cada um tem o seu Verde Vago Mundo.

**LÚCIO FLÁVIO** — Geralmente numa cidade do interior se espera que qualquer trabalho literário seja um trabalho de elegia. Como o Verde Vagomundo não é um trabalho de elegia, é um trabalho até meio acre, como foi nesse aspecto a reação da população?

**BENEDICTO** — Eu até agora não colhi nenhuma manifestação de ressentimento, pelo fato de ter pintado Alenquer em termos reais. Mas eu acredito que eles tenham ficado meio atingidos no seu bairrismo. Mas só pelo fato do nome da cidade estar no livro divulgado no Brasil inteiro, eu acho que eles me perdoam de fato.

**LÚCIO FLÁVIO** — Como é que tu explicas (talvez isso tenha alguma relação com a decadência de Alenquer) esse hábito meio "siciliano" de vin-

gança entre famílias que há em Alenquer?

**BENEDICTO** — Eu acho que o povo de Alenquer talvez seja o povo mais politizado do Pará, pelo fato que eu já mencionei anteriormente. E nessa fase histórica que nós vivemos houve uma substituição de liderança política nas cidades, em todos os Estados e eu acredito que em Alenquer isso não ocorreu. Alenquer está sem liderança, está acéfala e aquela agressividade política que era a tradição do povo alenquerense, uma agressividade política a ponto dela ter enfrentado governadores, vice-governadores, delegados, bispos, pois Alenquer mesmo sendo uma cidade católica um dia se insurgiu contra D. Amando, quando era bispo de Santarém. E essa agressividade política, como não tem meios de se canalizar através de uma liderança, de uma vivência política, ela está se degenerando para o crime. É a única coisa que eu posso compreender, porque a índole do povo é muito boa, politicamente sadio e a tradição era esta de agressividade política.

**PAULO ROBERTO** — Já houve alguma proposta no sentido de traduzir o Verde Vagomundo em outro idioma?

**BENEDICTO** — Eu já tive realmente cartas da Itália e dos Estados Unidos de pessoas que pretendem traduzir o livro, mas esse assunto eu pretendo tratar com muita cautela, por causa das traduções que o livro brasileiro tem tido no exterior,

(CONTINUA)





que não são nada recomendáveis. Eu vou examinar com muito cuidado, porque um livro desse tipo de linguagem regional não pode ser traduzido por qualquer pessoa.

**REGINA ALVES** — Eu trabalho numa Biblioteca Universitária e lá nós temos, mais ou menos, um termômetro do que está sendo estudado através dos pedidos de livros. Eu queria saber o seguinte: se o senhor ainda não é estudado na Universidade, porque a gente tem pedidos de autores mais antigos, como Inglês de Sousa, e mais modernos, como Dalcídio Jurandir, o Max Martins. Inclusive nós não temos o seu livro lá, e eu acho que muitas outras bibliotecas também não. Isso seria o quê, uma falta de divulgação ou uma falta de interesse justamente das pessoas que ensinam?

**BENEDICTO** — Eu não sei a que atribuir realmente essa situação na Universidade. Mas eu também acho que houve falta de divulgação por parte da Editora, e agora com essa nova Editora, o Conselho Estadual de Cultura terá uma quantidade de exemplares que serão distribuídos pelas bibliotecas e nas universidades. Quer dizer, eu acredito que isso vai, pelo menos do ponto de vista material, ajudar a divulgar. Agora acredito que ele só será debatido se os professores quiserem debater; isto é uma questão de cada cátedra.

**REGINA** — Mas o Sr. já está incluído no currículo?

**BENEDICTO** — Eu tive informação pela imprensa de que a professora Enilda Newman estaria pensando em fazer a tese de doutoramento dela sobre a minha obra. Inclusive, algumas pessoas me procuraram nesse sentido, mas não foi ainda formalizado nada.

**LÚCIO FLÁVIO** — Os escritores brasileiros, os escritores que estão criando coisas novas, eles estão reclamando contra essa bitola do "best seller". Houve um artigo do Antonio Torres, que tem dois livros muito importantes na literatura, dizendo que não há mais vez para o escritor nacional e haverá cada vez menos com o problema do custo do papel e com a transformação das antigas casas editoras nas indústrias de livro os novos autores não terão vez porque as editoras não vão permitir que ele sirva de teste para o leitor.

**BENEDICTO** — Olha, eu acho que já uma grande semelhança entre o fato que está ocorrendo com a música popular brasileira e o problema da literatura. Você sabe que também na música popular brasileira existe o "best seller", sobre outro aspecto. Quer dizer, são as vedetas, os "astros" das grandes gravadoras que monopolizam praticamente os horários da televisão e do rádio. Então a música seria de um Chico Buarque, de um Sérgio Ricardo ou de um Milton Nascimento, elas não estão atingindo a população, estão lutando para não se extinguirem através do circuito universitário. Então eu acredito que a literatura vai ter também essa canalização atra-

vés do circuito universitário, porque evidentemente o estudo da literatura nas universidades, nas escolas, vai permitir que o povo através do estudante tome conhecimento das obras literárias de real valor.

**LÚCIO FLÁVIO** — Mas há um fato bastante inquietante nesse circuito universitário em relação a toda cultura que não seja áudio-visual. Uma das grandes polêmicas este ano no vestibular foi a reutilização da redação nas provas da Universidade de São Paulo. Todos os estudantes, de um modo geral, 80 por cento, foram contra a redação. Nós sabíamos que a introdução dos testes objetivos nos vestibulares foi determinada pela necessidade de elaborar os testes através de computador. Quer dizer: o critério cultural desapareceu, prevaleceu o industrial. A volta da redação, do ponto de vista da criatividade da pessoa, seria um ponto altamente positivo. No entanto o estudante reagiu contra, acostumado já como um robô, a marcar vários pontos. Então isso mostra que de um lado ele não escreve mais e quem não escreve dificilmente lê. Como tu vês esse problema, que decorre de um processo cultural massificante através da linha de educação que atravessa o Brasil. Isso não limita do ponto de vista da literatura, esse circuito universitário?

**BENEDICTO** — É, na realidade isso limita muito mesmo. Eu apenas disse que através do circuito universitário a juventude possa pelo menos tomar conhecimento, que até isso não era possível em face da estrutura. Agora entre tomar conhecimento e ler realmente há esse limite. Eu não sei como nós podemos contornar ou reagir contra essa massificação, mas que realmente é inquietante, é.

## Artista não pode ficar desligado

**LÚCIO FLÁVIO** — O Mário Faustino escreveu uma vez que o artista não pode ser um artista em "estado puro" num país subdesenvolvido, porque o subdesenvolvimento é inquietante e clama toda hora por ele. Então o poeta não pode ser só poeta, o romancista não pode ser só romancista, ele tem que ser um ativista cultural. Numa região como essa, onde ocorrem transformações sobre as quais não se tem nenhum controle e uma cultura como a nossa, onde as inquietações são maiores do que qualquer sintoma de tranquilidade, como é que tu vês o teu trabalho e as perspectivas para a sua continuidade?

**BENEDICTO** — Eu já disse uma vez, numa entrevista que dei, que é realmente uma grande luta que eu mantenho diária aqui em casa. É uma luta que a minha família mantém com os personagens do meu livro, é uma disputa constante, os meus filhos, a minha mulher



brigam pelo tempo que eu dedico aos personagens e pelo tempo que eu dedico a eles. E além desse tempo que eu dedico à minha família, há o trabalho profissional, como advogado que sou. Realmente é um problema muito sério esse.

**LÚCIO FLÁVIO** — Além desse mundo amazônico em extinção, talvez sendo sepultado prematuramente, há um mundo amazônico que está surgindo. Como é que tu vês esse novo mundo amazônico?

## Como resistir a um convite da Academia?

**BENEDICTO** — Em termos de possibilidades ficcionais ele é virgem (risadas). A não ser o Dalcídio Jurandir, que mais recentemente fixou-se no Marajó, teve uma visão marajoara da Amazônia, só mesmo nosso Inglês de Sousa, que teve aquela visão naturalista fabulosa, e o Ferreira de Castro, que escreveu extraordinariamente, mas em língua portuguesa e não em linguagem brasileira. Existem regiões no mundo cuja capacidade ficcional foi praticamente esgotada por grandes escritores. A Amazônia ainda é um mundo imenso a se oferecer a quem dela quiser tirar proveito. Quanto ao aspecto sociológico e político da região amazônica é muito difícil de se manifestar por ser um assunto muito complexo. O Armando Mendes,

que fez um trabalho que deu o título sintomático de "Invenção da Amazônia", sugere uma infinidade de facetas. Eu acho que até hoje, fora esse trabalho do Armando Mendes, que é um convite à invenção mesmo, toda a concepção de desenvolvimento social, político, tem sido excessivamente burocratizada. E um dia conversando com alguns economistas perguntei a eles, que fazem planos, projetos e projeções sobre o desenvolvimento amazônico, em que tipo de estatística eles se baseavam para fazer todos esses planos, porque se não existe estatística no Brasil, na Amazônia também não existe. Então como vocês podem fazer planejamento sobre uma região em que se desconhece tudo.

**LÚCIO FLÁVIO** — Falaste no mundo peculiar, que é o mundo do Marajó. Sendo um homem do Baixo Amazonas, claro que não ias te fixar nele. Qual a tua opinião sobre o Marajó?

**BENEDICTO** — Aliás eu quero revelar um fato interessante da minha vida e eu tenho essa oportunidade agora. "Chove nos Campos da Cachoeira" de Dalcídio Jurandir, eu li no internato do Colégio N. S. de Nazaré e como eu era muito católico, eu tive necessidade de pedir a permissão ao Arcebispo para poder ler o livro. (risos) Mas devo confessar que o livro foi a causa da revolução íntima intelectual que daí surgiu, porque ele foi fundamental na minha vida. Até hoje eu guardo na memória a imagem da Andreza caminhando nos campos marajoaras e acho que foi uma

grande influência para mim, embora não seja influenciado literariamente pelo Dalcídio.

**RAIMUNDO JOSÉ** — Você já foi convidado pela Academia Paraense de Letras?

**BENEDICTO** — Realmente, eu fui convidado, vamos dizer, por amigos que tenho na Academia. Agora não foi um convite formal por isso eu tomei por uma gentileza da pessoa que me fez esse convite.

**LÚCIO FLÁVIO** — E se esse convite fosse formalizado, qual seria a resposta?

**BENEDICTO** — Bem, se esse convite fosse formalizado eu iria examinar com muito carinho.

**LÚCIO FLÁVIO** — Mas sem nenhuma atitude de precaução contra a naftalina da Academia?

**BENEDICTO** — Eu quero dizer que agora existe por exemplo um grande amigo meu que entrou recentemente, que é o desembargador Sílvio Hall de Moura e só o fato dele estar lá na Academia já seria uma pessoa com quem eu pudesse conversar.

**LÚCIO FLÁVIO** — Agora você não está identificado mais com Carlos Drummond de Andrade do que com Jorge Amado?

**BENEDICTO** — Bom, eu acredito que estou muito mais com Carlos Drummond de Andrade que com Jorge Amado.

**LÚCIO FLÁVIO** — Então o Carlos Drummond só vai entrar pra Academia quando levarem o cadáver dele porque por vontade própria ele não vai.

(CONCLUSÃO)



# Violência vai acabar com a nova polícia?

Muito antes da inauguração da chamada Polícia de Carreira, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) já dispunha até mesmo de uma assistente social para acompanhar o interrogatório dos detidos. Conhecida como "Dra. Rosinha" (foi assim batizada por um delegado), trabalhava em regime de dedicação integral, sem qualquer remuneração e com notória eficiência. A "Dra. Rosinha" nem parecia humana. E não era mesmo: por trás desse cândido apelido, ocultava-se uma palmatória de madeira, que bem humorados comissários e delegados usavam para esquentar os pés e as mãos dos presos nas frias salas da Permanência da Central.

Mas isso foi antes da Polícia da Carreira, supõem-se, embora haja contundentes evidências de que a "Dra. Rosinha" ainda não foi condenada à aposentadoria. Agora, quando todos os delegados têm curso superior (são bacharéis em Direito), tudo é diferente. Ou pelo menos deveria ser.

Antes da instituição da Polícia de Carreira, em março do ano passado, por ato do coronel Evilácio Pereira, então secretário de Segurança, afirmava-se que as arbitrariedades policiais tinham uma dupla origem, econômica e cultural. Perseguido diariamente pelos credores, como poderia mesmo um delegado mal instruído, sem treinamento e sem uma exata noção de seu papel, respeitar a integridade física daqueles que a seu juízo pareciam culpados? É lamentável mas compreensível, diziam os mais benevolentes, sempre que surgia um novo caso de violência policial. As denúncias eram muitas e frequentes, mas dificilmente bastava condenar o policial infrator, não só porque não lhe faltava habilidade para arranjar um alibi perfeito, mas também porque os responsáveis pelos rigorosos inquéritos tendiam a não ser tão rigorosos assim. Das muitas acusações já feitas ao famigerado sargento Barata, ao investigador "Ceará" e a outros policiais, nada resultou provado — embora raríssimas vezes tenha ficado definitivamente claro que eles eram inocentes. E o comissário Elvio Barbosa, hoje no DP da Marambaia? Há alguns anos, a "Folha do Norte" acusou-o de ter forjado uma acusação contra um motorista, que foi detido como assaltante e ainda apontado como portador de maconha. A "Folha" disse que ele havia mandado seus subordinados "acharem" maconha no porta-luvas do carro do motorista, cujo único crime fora se recusar a levar o comissário Barbosa por uma rua intransitável para

veículos. O motorista foi lebertado — o que parece indicar que era mesmo inocente. O comissário continua prestando serviço à Polícia — o que sugere que também não é culpado.

E há o comissário Rufino, hoje mais à vontade na inóspita região de Paragominas. Quando era comissário da Estrada Nova, suas façanhas causaram até debate na Câmara Municipal — onde também não se chegou a nenhuma conclusão.

## BENEFÍCIO DA DÚVIDA

"Às vezes, um pequeno erro no processo impede a condenação", explica o delegado geral da SEGUP, Luís Augusto Paes. Neste caso, procura-se evitar que o policial exerça qualquer atividade: "Ele fica encostado, sem função".

Aos 35 anos, Luís Augusto Paes é um dos poucos bacharéis com grande experiência na Polícia, carreira em que se iniciou há 9 anos, um ano após a conclusão de seu curso de Direito. A partir de então, ele já foi delegado de Entorpecentes, de Costumes, de Homicídios, chefe de Gabinete de três secretários de Segurança, e muitas coisas mais. Desde a implantação da Polícia da Carreira, com a admissão de 14 delegados e 50 comissários aprovados em concurso público, Luís Augusto Paes é o delegado geral, uma espécie de superdelegado ou chefe de Polícia, embora esta última denominação ainda seja impropriamente usada por muitos para mencionar o secretário de Segurança.

Em termos hierárquicos, o delegado geral está ao nível do comandante da Polícia Militar, pois tanto um como o outro são nomeados diretamente pelo governador do Estado e somente por ele podem ser exonerados. Cabe ao delegado geral a parte propriamente executiva da Polícia, embora ele siga obviamente as diretrizes gerais do secretário de Segurança, tal como o comandante da PME.

## 58 INQUÉRITOS

Que pensa, portanto, o delegado geral do problema da violência policial? Ele acha que tudo pode não ir muito bem, mas que já esteve pior. "A pressa em criar a Polícia de Carreira fez com que não houvesse maior rigor na seleção dos novos delegados. A falta, talvez, de um exame psicotécnico mais rigoroso trouxe consequências. O policial tem que ser um homem equilibrista. Pois mesmo com a Polícia de

Carreira — e aí reside o grande problema — só no ano passado houve 58 inquéritos administrativos e 5 inquéritos policiais para apurar ações arbitrárias ou desonestas de delegados, comissários e investigadores.

O mais rumoroso desses casos ocorreu no dia 19 de abril, por infeliz coincidência no momento em que a Polícia comemorava seu dia nacional. Entre os que festejavam condignamente a data estava o advogado Nizomar Brito e os investigadores Assis e Adolfo. Depois de esvaziar várias garrafas de bebida numa granja do Coqueiro (mais tarde um deles diria que estava "de cabeça quente"), Nizomar teve a idéia de estender o passeio até a Vila de Icoaraci, onde pretendia caçar o traficante de drogas conhecido por "Belo". Não era ele, Nizomar, o delegado de Entorpecentes?

Nizomar e seus ajudantes não acharam "Belo", mas acabaram perseguindo outros supostos bandidos, numa correria através de pontes que assustou muita gente na Vila. Fossem ou não criminosos, os que ele perseguiam agiram bem fugindo do entusiasmo do delegado.

Menos sorte teve Manoel Adulcindo França, de 70 anos, vigia de uma olaria onde os perseguidos penetraram durante o corre-corre: sem qualquer razão para achar que Manoel era também um traficante, Nizomar resolveu espancá-lo, apesar de seus visíveis 70 anos. O velho apanhou no momento da prisão, na viagem para Belém e dentro da Permanência da Central, onde Nizomar e os dois investigadores foram ainda ajudados por outro delegado, Hamilton Gualberto, de Furtos e Roubos, também da nova geração de bacharéis aprovados em concurso mas submetidos a um psicotécnico pouco rigoroso, conforme o raciocínio do delegado geral. Com tanta gente batendo (outros policiais participaram ativa ou passivamente do massacre) o velho morreu no dia seguinte.

O inquérito administrativo aberto na SEGUP concluiu pela culpabilidade de Nizomar, Gualberto e seus cúmplices; o inquérito policial mandou-os para o Presídio "São José"; mas lá eles não ficaram muito tempo: na semana passada, quando os jornais noticiaram que eles já estavam respondendo em liberdade ao processo, a maioria do público ficou chocada, mas outros simplesmente sorriram. É que Nizomar, embora oficialmente no "São José", já havia sido visto algumas vezes até mesmo no Fórum, onde talvez andasse à procura de alguma causa para advogar.

## OS TORTURADORES

Nizomar e Gualberto são apenas os personagens de um dos cinco inquéritos policiais que a SEGUP abriu para investigar acusações pendentes contra alguns de seus integrantes. Outro caso registrado nesses primeiros dez meses da Polícia de carreira foi o de um comissário que tentou violentar uma jovem no interior de um Distrito Policial. Outro, este da velha geração, respondeu a inquérito por ter falsificado documentos da Secretaria de Segurança Pública, com a intenção de desviar para seus próprios bolsos algumas taxas destinadas aos cofres públicos. Um terceiro, este mais recentemente, torturou com requintes medievais uma serviçal de 16 anos. Este caso merece um pouco mais de atenção.

Gualberto e Nizomar alegaram que estavam perseguindo bandidos perigosos quando viram o vigia. Pensavam que ele houvesse dado cobertura aos fugitivos, e por isso "perderam a cabeça". Nada de novo — seja qual for a violência praticada, sempre o policial infrator

alega que são demais os perigos de sua vida, para justificar a "cabeça quente". Seria este também o caso do comissário Cipriano Cosme Silva de Assunção, do DP da Estrada Nova, que torturou a serviçal Maria Ferreira dos Santos? Ajudado por alguns subalternos, ele chegou ao extremo, aliás nada original, de queimar os seios da moça, encostando neles a ponta de um cigarro aceso. (No dia 16 de janeiro de 75, ele prestou depoimento negando terminantemente sua participação na façanha — mas ninguém acreditou nisso). E fica a pergunta: por que tanta violência contra uma moça que nenhum perigo representava para a integridade física dos valentes homens da lei?

## CRIME COMUM

Talvez fosse melhor procurar saber como os delegados não infratores encaram fatos dessa natureza. Sobre a tortura da moça é impossível, pois nenhum se pronunciou até agora. Mas sobre Gualberto e Nizomar já muitos falaram, entre eles o delegado Manoel Menezes, atual delegado da Polícia Marítima e que até há pouco era o titular de Costumes, onde sua atuação lhe garantiu o título de "Delegado do Ano", segundo o critério dos repórteres policiais. Um deles, o repórter de "O Liberal" Antônio Gouveia, comentou com simplicidade: "Esse Menezes é um homem de sorte. Com poucos dias na Polícia Marítima já recebeu de presente um naufrágio de barco com uma pá de defuntos". (Referia-se ao acidente ocorrido na semana passada com o barco "Nossa Senhora dos Navegantes", próximo à ilha das Araras, onde morreram 15 pessoas, e que manteve o nome do delegado durante vários dias nas páginas dos jornais).

Menezes já pensou no caso da dupla Gualberto-Nizomar: "Foi falta de experiência deles. E aquilo podia ter ocorrido com qualquer um de nós". A frase surpreende. Quem conversa com o delegado Menezes não consegue acreditar que ele pense seriamente que basta o concurso de circunstâncias infelizes para fazer um grupo de homens, por mais "inexperientes" que sejam, espalhar até a morte um velho de 70 anos. Adepto da tese de que violência não resolve, ele escolheu a polícia por que pretendia "prestar um serviço a coletividade" — também porque o exercício da advocacia não dava: "Um ano depois de formado, percebi que o mercado para um advogado não é fácil em Belém. A maioria dos que conseguem sucesso têm um pai ou outro parente que já está na profissão, com escritório montado e tudo mais. Começando de baixo, simplesmente não dá".

A SEGUP criou a polícia de carreira, recrutando universitários para acabar com a imagem do policial violento. Mas as mais recentes experiências parecem demonstrar que essa transição demorará muito tempo, sem uma exata previsão dos seus resultados. A comunidade pode contribuir para um desfecho — bom ou ruim — dessa experiência.

## O IRMÃO SOUZA

Raciocínio semelhante foi feito pelo atual delegado geral, Luís Paes, quando entrou para a polícia, atraído por um convite e pelos vencimentos relativamente razoáveis, mesmo há 9 anos, quando ainda não se pensava em polícia de carreira. Hoje, ele aponta os méritos da renovação operada na SEGUP: "Só a nova mentalidade que a polícia de carreira trouxe já é importantíssimo. Só lamento que muitos ainda não hajam compreendido e assimilado essa nova mentalidade, mas também não era possível mudar tudo de uma vez".

Sobre a "Dra. Rosinha", por exemplo, ele diz que "esses métodos não podem mais ser utilizados. No setor de Homicídios, de Furtos e Roubos e outros assim, é claro que é preciso um interrogatório severo — mas dentro dos limites". Quanto à possibilidade de que alguns delegados da velha geração ainda se utilizem dos serviços da veterana "assistente social" (pessoas ouvidas pelo BANDEIRA 3 mencionaram como estando neste o caso do delegado Orlando Souza), Paes afirma não acreditar: "O tenente Orlando? Não, ele é um homem muito religioso, de profunda formação cristã. Está todo domingo na igreja. Pode ser que ele mostre a palmatória para intimidar, é uma questão de técnica. Pois embora ele não haja estudado psicologia, é um grande conhecedor da natureza humana. E ademais é um dedicado, um homem que vive para a polícia, com dedicação exclusiva. Só a campanha anti-tóxico que ele faz..."

## FORA DO ALVO

É possível que o delegado geral tenha razão, e que a curto prazo a violência policial venha a ser reduzida a nível insignificante. Mas não parece provável, inclusive por culpa do próprio público, do qual, aliás, os policiais também são parte integrante. Pois os protestos, o escândalo, só surgem quando um policial espanca um inocente, excluindo-se desse grupo aqueles que, mesmo ainda não julgados pela Justiça, têm contra si a evidência ou suposta evidências. Quando um ladrão apanha na rua, grande parte do povo aplaude — e não são poucos os que ajudam a bater e os que acham que os criminosos deveriam ser tratados com menos dignidade do que merecia um animal. A cumplicidade, portanto, se generaliza: todo aquele que aprova um espancamento de um bandido contribui com sua parcela de culpa nos casos em que, por engano ou sadismo, um policial volta a sua fúria também contra os inocentes.





## Carta do Estrangeiro

OLIVEIRA BASTOS

É uma ilusão, uma grande ilusão pensar que o Brasil está finalmente descobrindo a Amazônia. De fato, não é a Amazônia que se procura descobrir, mas o petróleo, o ferro, o carvão, o alumínio, o linhito e sabe lá quantos outros minerais Deus colocou em nosso território. Há uma preocupação quase mórbida em tentar descobrir o que se esconde por trás das manchas registradas nas fotografias do Projeto Radam. Da altura em que a Amazônia é vista, o homem simplesmente desaparece. Funde-se nas manchas do Radam como o seu elemento mais desprezível. O elemento cuja exploração é anti-econômica.

Louvo no esforço do "Bandeira 3" o que se poderia considerar, embora em estado larvar ainda, a formulação de uma ideologia a serviço da região. Mostrar que além ou sob as manchas do Radam existem seres vivos e, o que é mais importante, seres inteligentes, extremamente inteligentes que querem ser ouvidos e levados a sério.

— 2 —

A Amazônia está precisando, urgentemente, que as preocupações com a segurança interna, que nos obrigam a reforçar os dispositivos de fronteiras, sejam acompanhadas por uma política externa consciente das oportunidades e da necessidade de integração com as economias vizinhas. Uma projeção, para a região Norte, da mesma estratégia desenvolvida no sul. A Bacia do Prata é tema permanente de considerações diplomáticas e militares. Existe, continuamente em evolução, uma política do Prata. Um esforço conduzido tanto na área militar como na diplomática para aumentar os canais de comunicação com o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. Quer dizer: fortalece-se o esquema de segurança interna na fronteira ao mesmo tempo em que se desenvolvem gestões de aproximações cada vez mais estreitas, sobretudo no campo operacional da economia. Por que não reclamar a mesma atitude para a Amazônia que abrange dois terços do território nacional e reúne um número bem maior de países limítrofes?

— 3 —

Eu não sei até que ponto a disputa entre o Pará e o Amazonas por causa do artigo 15 da lei complementar do ICM, é, na verdade, uma luta entre os dois Estados. E claro que a posição do Pará tinha que ser esta mesma, não digo para prejudicar o Amazonas, mas para tentar obter, como parece ter obtido, a promessa de que o governo federal examinará outras fórmulas de atendimento dos nossos interesses que não sejam a eliminação da vantagem fiscal concedida ao Amazonas.

A verdade, entretanto, é que foi São Paulo que abriu as baterias contra o privilégio do artigo 15 que dá ao governo do Amazonas a capacidade de isentar do ICM os seus produtos manufaturados. São Paulo fez a guerra. Vou revelar aqui um episódio que os jornais ignoraram, ocorrido durante a última reunião de secretários de Fazenda com o ministro Mário Henrique Simonsen. O chamado plenário do ICM. Nessa reunião o Ministro da Fazenda informou que o Presidente ia sancionar a Lei do ICM e que ele, Ministro, gostaria de saber a opinião do plenário sobre o artigo 15 a fim de poder informar o Presidente sobre a necessidade ou não de veto. Foi o secretário da Fazenda de São Paulo quem fez o maior comércio a favor do veto. Feita a votação 16 Estados manifestaram-se contra o privilégio apenas 4 a favor. Parecia enterrado o artigo 15. No entanto, o Presidente sancionou a Lei sem vetar o artigo 15.

— 4 —

Alguém já procurou, em Belém, saber a posição do Amazonas nessa questão? Talvez fosse edificante fazê-lo. O que acontece é que o Amazonas, por causa da Zona Franca, recebe produtos manufaturados do Brasil inteiro, mas especialmente de São Paulo, isentos de impostos. O que o Amazonas quer é reciprocidade de tratamento. Quer que seus produtos cheguem também a São Paulo e ao resto do Brasil sem a carga de impostos. Que o Pará proteste contra essa pretensão, agora atendida, do Amazonas, percebe-se o fundamento, pois haverá sempre o risco de um deslizamento de investimentos para o lado de lá, embora a "vizinhança" entre os dois industriais da região seja de mais de dois mil quilômetros. O que não tem sentido é a declaração de guerra ao Amazonas feita por São Paulo. Afinal, como foi montado o extraordinário parque industrial paulista? Sem isenção de espécie alguma?

— 5 —

Uma coisa que precisa ficar clara é a absoluta incompetência dos parlamentares da região para fazerem funcionar a Comissão Especial de Valorização da Amazônia, da Câmara dos Deputados. Não vou citar nomes, mas também não pretendo desculpar nenhum dos deputados que assumiram a presidência ou simplesmente integraram essa Comissão durante esses anos todos. A Comissão é um instrumento de luta formidável, que nunca foi acionado. Se o Projeto Radam passar por cima da Praça dos Três Poderes não vai registrar mancha nenhuma da Comissão da Amazônia. Porque ela simplesmente não existe e ninguém se mostra disposto a fazê-la existir. Pode? (De Brasília)



Embora alguns houvessem considerado despropositual a "romaria" dos magistrados ao Palácio do Governo em busca de aumento salarial, a dúvida consiste em saber se pode tornar-se uma prática de uso geral.

## Quando os juízes quiseram aumento

Os magistrados paraenses promoveram no dia 9 uma espécie de romaria com destino ao Palácio Lauro Sodré. Queriam uma audiência com o governador Fernando Guilhon para tratarem do aumento — que pleiteiam há tempos — de seus vencimentos. Doente, o governador não saiu da sua residência nesse dia.

Antes de se deslocarem para o Palácio, os magistrados reuniram-se na Sala dos Juízes do Tribunal de Justiça para decidir em que bases solicitariam o aumento. Na tabela que elaboraram, eles pediram os seguintes salários: Desembargador, 10 mil cruzeiros; Juiz da Capital, 9 mil cruzeiros; Juiz do Interior, 5 mil cruzeiros; Pretor da Capital, 6 mil cruzeiros; Pretor do Interior, 4,5 mil. Os níveis pretendidos implicam numa correção de aproximadamente 100 por cento sobre os vencimentos atuais. O desembargador Agnanno Monteiro Lopes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, acha que seu salário é de 5 mil, 3.500 para Juiz da Capital, 2.700 para Juiz do Interior, 2 mil para Pretor da Capital e 1.800 para Pretor do Interior. Agnanno, porém, não garante que esses números sejam verdadeiros.

O desembargador Agnanno, quando retornou da Guanabara, desaprovou a ida da comitiva até o Governador, porque "o assunto é para ser discutido diretamente entre o governador e o presidente do Tribunal".

Depois de manter um encontro com o governador, juntamente com a Dra. Maria Lúcia Gomes, presidente da Associação dos Magistrados, Agnanno informou que o governador, após fazer uma demorada exposição das atuais condições financeiras do Estado, prometeu o tão sonhado aumento, antes de concluir seu mandato. Contudo, não estipulou a data e nem de quanto deveria ser o aumento.

### ROMARIA OU PASSEATA?

O jornalista João Malato escreveu um artigo na "A Província do Pará" ("A romaria da pecúnia"), no qual deplorava a atitude dos magistrados. Viu na romaria um "instrumento do qual o magistrado nunca deve se valer: a pressão". Embora Malato julgue justa a reivindicação, ainda assim considera os magistrados como os "grandes privilegiados" do serviço público devido à grande disparidade existente entre eles e os outros servidores: um pretor do interior, que nem ao menos comparece às Comarcas, ganha 1.800 cruzeiros mensais, enquanto o restante do funcionalismo chora miséria com seus parcos e suados vencimentos, que são adquiridos com presença diária na repartição.

A passeata dos magistrados foi comparada à greve dos juizes da capital, que fecharam o Fórum durante o governo do marechal Zaccarias de Assumpção (1950-54), por causa de um atraso nos seus pagamentos.

Malato comparou a passeata a uma escola de samba: Malato, com mais de 60 anos de idade, viu no uso de "sumaríssima mini-saia" por uma eventual integrante da romaria dos magistrados sinal de "despudor" para quem está investido em tão alto cargo da Justiça.

O artigo causou a maior repercussão no Fórum e o Dr. Olavo Guimarães contestou-o, considerando injusto um pretor do interior ganhar igual a um cabo da Polícia, no comando de um Destacamento. Olavo Guimarães disse em seu artigo que o magistrado precisa manter a família "não como a de um nobre jornalista, mas em nível compatível com a função que exercemos", numa visível ironia à suposta boa situação financeira de Malato, difícil de ser encontrada entre jornalistas.

### BALÕES DE ENSAIO

Malato contratou. Sem citar nomes, acusou um juiz de desonesto, citando o caso de um magistrado que concedeu um mandado de segurança a uma empresa de ônibus em troca de quitação de seu automóvel Opala, no valor de 58 mil cruzeiros (o caso está sendo investigado pelas autoridades federais). Em outra denúncia, o antigo jornalista disse que um irmão seu teve que pagar caras e ilegais custas judiciais: só um juiz haveria extorquido a absurda quantia de 400 cruzeiros. Malato conclui o violento e pouco explícito artigo chamando todos os membros da Justiça de "ladrões". A resposta está sendo elaborada. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado garantiu que o valor oficial das custas é de apenas 159,50 cruzeiros.

No dia seguinte, o Fórum era invadido por uma onda de indignação, nem sempre contida em limites cavalheirescos. Alguns juízes chegaram a afirmar que se fossem o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, mandariam buscar o jornalista e o enquadrariam na Lei de Segurança Nacional.

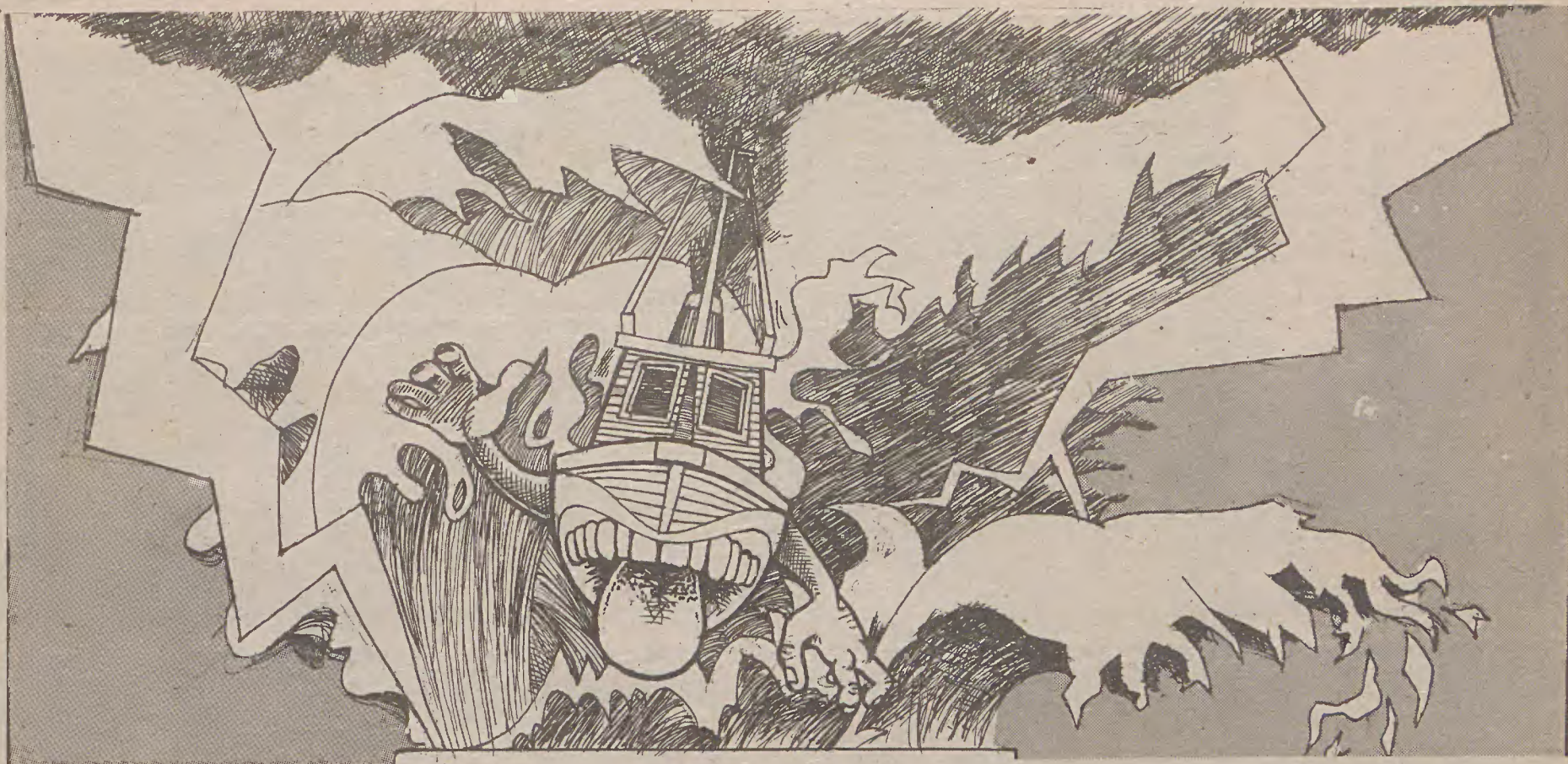
No dia 17, ao meio-dia, o presidente do TJE reuniu-se com os magistrados para debaterem a denúncia de Malato. Nada foi dito à imprensa porque o presidente do Tribunal proibiu os juízes de concederem entrevistas. Malato também só falará depois que for apurado o caso. Esse foi um pedido que lhe fez o próprio desembargador Agnanno Monteiro Lopes. Alguns juízes e advogados militantes no Fórum acharam que o Dr. Olavo Guimarães deveria ter respondido aos artigos de Malato "à altura da agressão".

### O PRIVILÉGIO

Mesmo que o atual e o futuro governadores quisessem dar o aumento, isso seria possível? O orçamento do Estado apresenta para este ano um déficit de 100 milhões, segundo informações do secretário-geral do IDESP, Hélio Mokarzel. Agnanno Lopes acha que o aumento dos vencimentos da magistratura "deveria ser feito automaticamente a fim de evitar constrangimento, tanto para o presidente do TJE como para o governador". O presidente do Tribunal acha mesmo que os vencimentos da magistratura paraense deveriam ser equiparados aos salários do Supremo Tribunal Federal.

Dentro do cenário de uma Justiça que precisa mudar — e, se possível, melhorar — urgentemente, num Estado que não sabe como tirar dinheiro de seu pobre orçamento para melhorar os salários — e, se possível, a qualificação — dos seus funcionários (a maioria deles bem menos favorecida do que os juízes), com uma imprensa que precisa participar com maior qualificação desse debate, a ausência de informações e a relutância dos personagens em assumir com seriedade suas denúncias para alterar a situação, oferecem desestimulantes indicadores para o futuro.





## Uma cena comum: o iate vai afundar

Nem a situação sofre alterações, nem diminuem os acidentes. A tendência ao contrário, é para a expansão: trafegam hoje pela Amazônia mais de 12 mil embarcações. Mas quantas delas oferecem segurança?

Sempre que ocorre um acidente na navegação fluvial amazônica chega-se às mesmas causas e constatações: a embarcação estava em situação irregular, o acidente poderia ser evitado.

O "bujão" é uma invenção dos construtores de embarcações da Amazônia: no meio do casco, eles fazem um buraco que chega a ter quatro polegadas de largura para retirarem por ele, quando o barco está no estaleiro ou numa praia, os sujos que permanecem no fundo do porão depois das varrições. Alguns armadores mais precavidos protegem a rolha de madeira que tampa esse buraco com uma capa de metal ligada por correntes ao casco. Os menos prudentes (infelizmente a maioria) deixam livre esse tampão: ele é tirado e enfiado à base de marretadas.

Porque a maioria dos armadores da região é imprudente e devido a falta de uma fiscalização que impeça os males causados por essas irregularidades, o iate "Nossa Senhora dos Navegantes" afundou na semana passada, um dia depois de ter desatracado do porto do "Ver-o-Peso", em Belém, para uma viagem até Macapá que não chegou nem na metade. Enfrentando temporal, sem

direção, batendo em bancos de areia, mas sobretudo em situação irregular, o barco virou, os 30 passageiros entraram em pânico e apenas 15 deles conseguiram escapar à carga que caiu do iate e nadar 500 metros para atingir uma das margens do rio Pará.

### SALVAÇÃO: A 500 METROS

Esse não é o primeiro e certamente não será o último dos acidentes de navegação que poderiam ser classificados como "evitáveis". O rio Pará, no local onde o "Nossa Senhora dos Navegantes" afundou é bastante raso: no máximo quatro metros de profundidade (o iate nem chegou a ser coberto pelas águas). E como ali só há um canal de navegação, bem próximo à margem direita do rio, as embarcações em situações difíceis podem chegar à terra mesmo se estiverem fazendo água. Mas por que o iate não conseguiu chegar à "beira" se alguns dos passageiros que se jogaram na água não tiveram nem o trabalho

de nadar? (A água ficou à altura de seus joelhos).

Em parte porque, no momento em que o tampão foi cuspidos pela força da maresia e a água passou a entrar no porão com violência, os passageiros se assustaram. E foram concentrar-se todos numa das extremidades da embarcação, exatamente do lado onde estavam uma empilhadeira de carga (peso: 6 toneladas) e 2.600 grades de cerveja e refrigerantes (peso: pouco mais de 2 toneladas). Quando o piloto tentou desviar para a margem, bateu num banco de areia e a embarcação desequilibrou-se. A empilhadeira, que devia estar no porão e não no convés (e ainda que estivesse no convés, devia estar bem amarrada), desprende-se e arrastou consigo as garrafas e as pessoas que foram apanhadas no trajeto.

Todas elas foram praticamente enterradas no leito do rio pela carga (e por isso os corpos resistiram à força das ondas e foram resgatados com certa facilidade).

### CAUSAS: A NEGLIGÊNCIA

As causas do acidente podem ser assim classificadas:

1 — O tampão, uma aberração técnica na construção naval, é um recurso perigoso: nos rios calmos, onde é pequena a pressão das águas, ele resiste; mas nas regiões de maresia ele pode ser facilmente expelido se não estiver protegido por um cabeçote bastante rijo. Se na maioria da rede fluvial da Amazônia os rios são razoavelmente calmos, em algumas áreas há um movimento de águas respeitável: na baía de Marajó, ponto de passagem obrigatório para quem sai de Belém em direção ao interior amazônico ou a Macapá, pela rota "de dentro" (a outra, muito mais perigosa, é a da costa), e na baía das Araras, em frente a Curralinho. Como o tampão do iate "Nossa Senhora dos Navegantes" não tinha nenhum protetor para o tampão, ele não resistiu à força das águas.

2 — A carga estava pessimamente arrumada, se ao ato de juntar um trator

empilhadeira ao lado de engradados de garrafas pode-se chamar de "arrumação".

3 — Embora a Capitania dos Portos tivesse autorizado o iate a transportar passageiros e cargas, a licença fixava a lotação em 20 passageiros. Quando ocorreu o naufrágio, o "Nossa Senhora dos Navegantes" tinha 30 passageiros, além dos seis tripulantes. E sendo um iate, o barco tem pouquíssimos camarotes, não tem qualquer proteção. A tolda cobria apenas o motor.

### Esquecido, o rio torna-se uma ameaça

O progressivo crescimento do número de acidentes na navegação fluvial amazônica parece demonstrar duas evidências: os rios ainda não foram substituídos como meio de transporte preferencial pelas estradas, apesar de todos os caros investimentos feitos para

(CONTINUA)





a constituição de uma rede rodoviária; em compensação, a navegação fluvial da região ainda não foi convenientemente organizada. Mais de 12 mil embarcações, desde as canoas de velas até potentes navios, trafegam pela bacia amazônica, muitas vezes sem qualquer segurança. Transportam indiscriminadamente cargas e passageiros, excedem suas tonelagens, cometem constantes irregularidades e quase sempre estão fora do raio da fiscalização.

O agravamento dos acidentes no transporte nos rios parece ter começado a partir do momento em que a Empresa de Navegação da Amazônia (ENASA), quase monopolizadora até então do transporte de passageiros, em boa parte da região, foi se interessando quase que exclusivamente pelo transporte de carga, ao mesmo tempo em que maior número de pessoas precisavam viajar pelos rios.

Pequenos barcos, que realizavam apenas a função de cargueiros passaram também a transportar passageiros, porém sem fazer as necessárias adaptações. O caso da lancha "Anamã", do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que transportava colonos para o núcleo de Altamira, ficou tristemente famoso: as redes dos passageiros cruzavam-se por sobre tambores de gasolina. Quando eles pegaram fogo e explodiram, mais de 40 pessoas morreram. Algumas nem chegaram a acordar.

#### A FALTA DE CONTROLE

Embora sejam obrigados a ter registro na Capitania dos Portos — algumas nem isso possuem — as embarcações que trafegam pela Amazônia raramente são submetidas a fiscalização. Apenas quando ocorrem acidentes graves é que essas irregularidades podem ser descobertas, mas assim nem sempre os culpados são punidos porque as grandes distâncias são um obstáculo até agora intransponíveis.

A raiz do problema, segundo autoridades da Marinha, em boa parte está no Código de Navegação que estabelece as normas de transporte. Ele foi feito para regiões costeiras, de características marinhas, mas não para uma navegação fluvial do tipo da amazônica. A fiscalização tem que ser dinâmica, sempre móvel, a partir de bases situadas em pontos estratégicos mas não num único ponto, centralizado portanto.

Entre as iniciativas que poderiam ser adotadas, o capitão-de-mar-e-guerra Manoel José Passos Fernandes sugeriu, algumas numa das reuniões de Capitania dos Portos: a construção de cinco embarcações da Marinha de Guerra, especialmente para as características da região, que complementariam o

atual trabalho das corvetas; a implantação do Comando Naval de Manaus (já realizado); a instalação de novas Capitânias e agências ao longo do Amazonas e seus afluentes, pela Marinha; o incremento da ENASA e a elaboração pela FRONAPE (Frota Nacional de Petroleiros) de novos equipamentos e sistemas para o reabastecimento de embarcações.

A maioria das iniciativas continua apenas na área das sugestões. A Superintendência Nacional de Marinha Mercante (SUNAMAM) anunciou no ano passado a execução de um plano que iria eliminar o mais agudo problema da Amazônia: a falta de embarcações em número e condições para transportar o grande número de passageiros que só utiliza os rios para se locomover. Muitos desses passageiros precisam ir, por exemplo, de um seringal a Manaus e voltar no mesmo dia. Devido à pressa, não estão muito interessados em saber se a embarcação é segura ou não. E geralmente a situação do barco é irregular, mas como a ENASA atende a poucos passageiros e poucos lugares, não há outro recurso.

#### UMA ESTRADA FLUVIAL ENGARRAFADA

Mas o programa de construção naval da SUNAMAM prevê a construção quase que exclusiva de empurro-chatas e empurradores, quando essa tem sido justamente a distorção existente nos últimos anos: os navios de passageiros continuam sendo os mesmos que foram comprados logo depois da Segunda Guerra Mundial e que desde então têm sido reparados muitas vezes para continuarem em operação.

Essa distorção é aumentada à medida em que as hidrovias se ampliam. Nelas, trafega um número cada vez maior (e que cresce 20% ao ano) de pequenas embarcações, que, como ônibus desregulados em estradas esburacadas, causam sempre mais acidentes. O Plano Hidroviário contido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o quinquênio 1975/79, prevê apenas melhoramentos em alguns rios (como o Branco e o Madeira) e a canalização do Araguaia e Tocantins.

Nas circunstâncias atuais e acompanhando os planos que serão aplicados, torna-se difícil evitar que barcos superlotados, com defeitos de fabricação (raramente são construídos em estaleiros) e levando carga incompatível com a presença de passageiros, causem acidentes. O naufrágio do iate "Nossa Senhora dos Navegantes" é apenas o mais grave desde a explosão da lancha "Anamã". E, talvez, ofereça mais uma oportunidade para rever as condições de uma navegação cada vez mais perigosa: pela proliferação de pequenas embarcações, pela ausência de uma fiscalização rigorosa, pela inexistência de uma companhia de transporte de passageiros bem organizada e pela regulamentação inadequada às embarcações e seu uso.

### O porto chega e a praia sai

A primeira reação foi de protesto: os banhos de praia na frente da cidade transformaram-se numa temerária aventura e as pescas noturnas de camarão começaram a ser aboli-

das. Tudo por causa do óleo despejado pelos navios que chegavam em número cada vez maior ao trapiche de Santarém, a segunda mais importante cidade do Pará. Agora, com a substituição do anacrônico porto de madeira pelo maior e mais moderno ancoradouro que se construiu na Amazônia desde a época de fastígio da borracha (início deste século, quando a região era maior produtora mundial), os hábitos bucolicos de uma população até então ilhada na região central do rio Amazonas vão acabar.

Praia e peixes serão contaminados por maior quantidade de óleo, no que pode ser o anteato de uma nova fase, a do progresso, para a qual a cidade não está preparada nem sabe que está chegando.

#### MEDITERRÂNEO

#### AMAZÔNICO

A localização estratégica de Santarém no entroncamento dos rios Amazonas e Tapajós, caminho natural dos produtos da região Centro-Oeste brasileira para os mercados estrangeiros, levou o governo a projetá-la como polo de exportação. A estrada Santarém-Cuiabá permitiria o escoamento dos produtos de Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Acre e até mesmo Bolívia e Paraguai até o Atlântico, com economia de tempo e consequentemente de custos.

Mas para isso era necessário complementar a rodovia com um porto. A cidade era servida até então por um modesto trapiche, totalmente construído de madeira, ao qual só tinham acesso navios de pequeno porte (até 800 toneladas) ou alvarengas.

O novo porto, construído numa ponta de terra a menos de quatro quilômetros do centro da cidade, está permitindo o acesso de navios de até 18 mil toneladas, transformará uma área pouco habitada na primeira zona portuária urbana do interior amazônico e provocará transformações econômicas imprevisíveis.

Além da estrada de 1.650 quilômetros, o porto está integrado a uma hidrelétrica em construção (Curuá-Una, que até o início do próximo ano deverá estar produzindo 20 mil quilowatts, de um total de 80 mil) a um sistema de serviços em implantação e recursos naturais em exploração (madeira, agropecuária e minérios), elementos que o governo pretende usar para transformá-la na maior concentração industrial da Amazônia. O porto tem uma vasta área de influência, atendendo aos municípios de Alenquer, Monte Alegre, Oriximiná e Itaituba, onde há ou estão se instalando projetos de colonização, madeireiro e minerador.

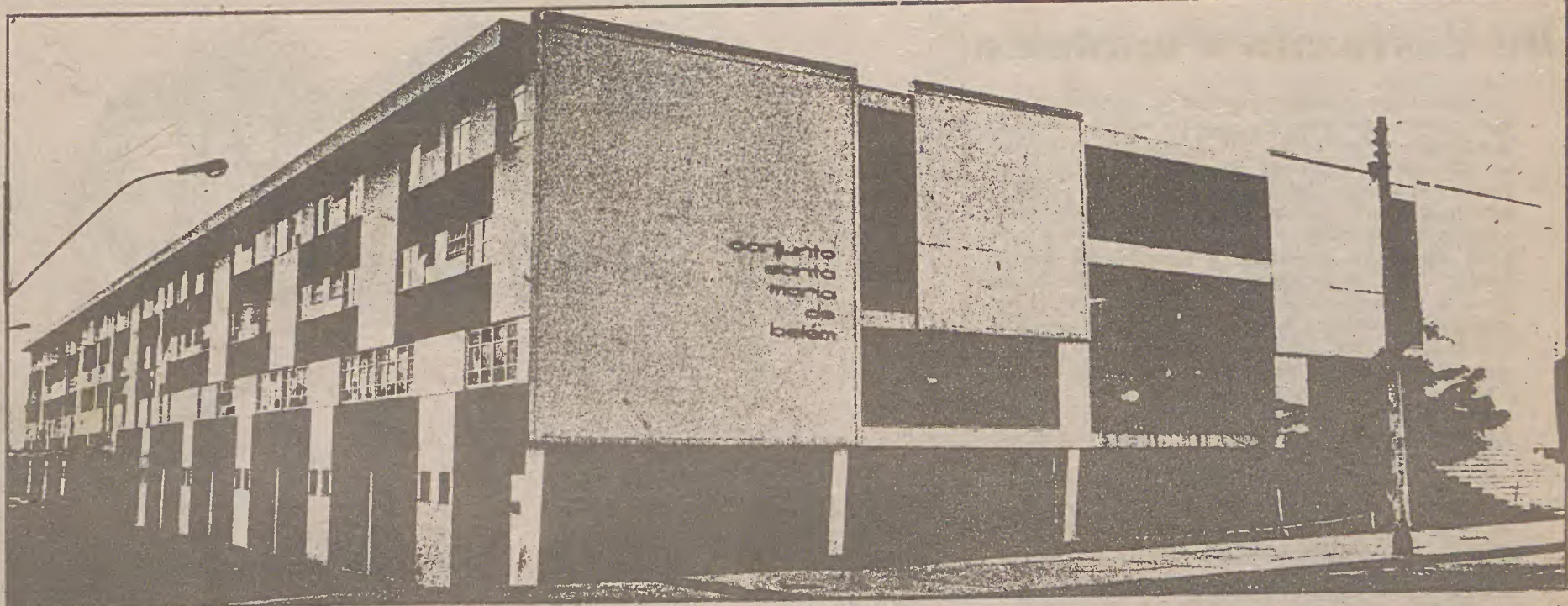
Apesar da presença pioneira de grandes cargueiros, dificilmente as embarcações características do interior amazônico abandonarão o cenário, onde desempenham um importante papel da pequena carga e de passageiros a locais inacessíveis a outros tipos de barcos.

Por isso, o porto foi projetado tanto para atender aos grandes cargueiros como para os pequenos motores, o que explica seu traçado pouco convencional (um grande atracadouro e um pequeno "pier" convivem na mesma estrutura). Só os antigos e bons hábitos de outrora não persistirão.

(CONCLUSÃO)







Construído para ser o primeiro "Shopping Center" de Belém, o "Santa Maria" virou conjunto residencial. Mas a aparência tranquila esconde problemas que vão da rachadura do piso à falta de liberdade.



## As incertezas no precário futuro do "Santa Maria"

A especulação imobiliária, um dos maiores males que atualmente atinge Belém, foi a grande responsável pela alteração de um projeto que previa a construção do primeiro "Shopping Center" da cidade e que acabou se transformando em mais um dos vários conjuntos residenciais: o "Santa Maria de Belém", na avenida Gentil Bitencourt, entre 14 de Março e Alcindo Cacela, com frente também para a Conselheiro Furtado.

A falta de um planejamento adequado e de uma pesquisa de mercado para verificar a viabilidade do projeto, levaram os idealizadores do "Shopping Center" a engavetarem o projeto, mesmo depois de uma farta promoção comercial. Mas a estrutura já estava pronta e durante muitos meses ficou completamente abandonada.

Em 1973, com a aceleração da especulação imobiliária, a Eccir Incorporadora e Administradora S/A, aproveitando a parte física que ficou do projeto inicial, levantou no lugar o conjunto residencial "Santa Maria de Belém".

155 UNIDADES  
DESOCUPADAS

Após quase dois anos de inaugurado, o conjunto permanece com mais de 80 por cento dos seus 198 apartamentos desocupados. Das 53 lojas existentes, apenas seis estão funcionando. O prédio está dividido em quatro blocos; o mais alto

(bloco B) tem quatro andares. As taxas condominiais variam entre 50 e 80 cruzeiros, dependendo do tamanho do apartamento. O abastecimento de água é feito através de um poço artesiano.

Como em quase todos os edifícios existentes na cidade lá também há a eterna briga entre os condôminos e o síndico. Os primeiros nem sempre pagam as taxas condominiais. A conservação, limpeza e folha de pagamento de seis empregados representam uma despesa mensal de aproximadamente 5 mil cruzeiros. A Eccir (construtora e maior proprietária do prédio) é quem completa o dinheiro para saldar os compromissos do condomínio.

Já o síndico Benedito José da Cruz, ex-tenente da Marinha e um dos mais antigos moradores do prédio, é acusado pelos demais moradores de tentar implantar no conjunto um regime de caserna, inclusive com toque de recolher.

### ÀS 22 HORAS, SILÊNCIO

As reclamações dos moradores são muito variadas. Construído em terreno pantanoso, o prédio apresenta grandes rachaduras no piso da garagem e isso já provocou a fuga de algumas famílias. Essas rachaduras resultaram da pressão da empresa construtora, que não preparou devidamente as lajes do piso, segundo informações de um morador antigo.

Pelo projeto inicial, no lugar da garagem seria instalado um jardim. Somente depois que as rachaduras ameaçavam transformar-se em verdadeiras crateras, a construtora provi-

denciou a compra do material para solucionar o problema e tranquilizar os aflitos moradores.

A reputação do edifício já foi das piores, ocupando eventualmente as manchetes dos jornais, nas páginas de polícia. Para tentar acabar com a fama, a Eccir demitiu o antigo síndico, que não morava no prédio, e contratou Benedito da Cruz, que assumiu a função em outubro do ano passado.

Além da péssima reputação, Benedito da Cruz herdou do antigo síndico a sujeira que dominava todo o conjunto. O primeiro problema foi fácil de resolver. Atualmente os pisos das áreas internas são varridos diariamente e encerados uma vez por mês. Nesse aspecto, os moradores elogiam o trabalho do síndico.

Para resolver o segundo problema, Benedito da Cruz teve mais dificuldades. Muitas vezes foi necessária a intervenção da rádio-patrulha. "No princípio — diz o síndico com sotaque de balano — enfrentei grande oposição mas depois de algum tempo, minhas ordens passaram a ser acatadas".

Mas algumas dessas ordens não foram aceitas pelos moradores. Benedito da Cruz, "como medida moralizadora", proibiu a permanência de pessoas nas escadarias do prédio depois das 22 horas e ingresso de qualquer mulher desacompanhada depois desse horário. As pessoas que quiserem penetrar no prédio, mesmo durante

o dia, terão que aceitar a estratégica companhia de um vigia.

Benedito da Cruz criou ainda a polícia interna do "Santa Maria de Belém". O próprio síndico, durante a noite, levanta duas ou três vezes para fazer a ronda em companhia de sua esposa — "pra não levantar suspeitas".

A maior luta do síndico é contra o proprietário da lanchonete "Esno'Bar", que funciona no andar térreo do conjunto, onde se bebe muito e há sempre confusão. Além disso, o proprietário nunca pagou as taxas condominiais. "Aqui todo mundo deve cumprir com o regime, diz Benedito, e quem não tem condições de cumprir pode ir embora. Já consegui 41 assinaturas para colocar o dono do Esno'bar pra fora".

Uma das moradoras defendeu o proprietário do bar: argumentou que os verdadeiros causadores das desordens são os frequentadores, a maioria marinheiros. O dono do bar, é oficial da reserva da Marinha, como Benedito.

### OS PROTESTOS

Outras reclamações são feitas por moradores do "Santa Maria de Belém": o ex-tenente Cruz estaria agindo com excesso de autoridade. Além da lei do silêncio à noite, resolveu também obrigar silêncio absoluto entre 12 e 14 horas.

Mas a maior reclamação é quanto à determinação, tomada pelo próprio Benedito, de proibir que as crianças brinquem nas áreas internas. Num conjunto residencial sem área para diversão, com verdadeiros labirintos escuros onde há pouca penetração da luz solar, a proibição de Benedito pode parecer absurda.

Mas o ex-tenente parte do princípio de que criança deve ser criada em casa mesmo. Ele dá o exemplo: seus filhos são criados dentro de um quarto. Isso tem levado muitas pessoas a pensarem que esses filhos não existem — "ninguém nunca viu a cara dos meninos", observa um morador.

Nem todos os inquilinos são contra Benedito da Cruz. A tacacazeira Rosa, que tem uma barraca em frente à Biblioteca e Arquivo Público e um bar no "Santa Maria de Belém", está satisfeita com a administração de Benedito, apesar de haver um movimento para afastá-lo. "Estou de pleno acordo com o síndico, que moralizou o prédio e o mantém numa limpeza invejável", sentencia ela.

Para moralizar o prédio, o ex-tenente Cruz teve que expulsar alguns moradores. Como um espanhol, que possuía o hábito de andar nu em seu apartamento, com as janelas abertas.



## De castanha e madeira

Terminado o ano, o balanço das exportações no Pará registrou um acréscimo de 15% sobre o montante dos produtos exportados em 1973, conforme refletiram as estatísticas da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil. Porcentagem abaixo da prevista, sobretudo quando se sabe do empenho do Governo, ao enfatizar que "exportar é a solução". Os motivos a toda hora apontados referem-se à retração dos nossos tradicionais importadores de castanha, diante da elevação do preço estipulado, bem como as restrições impostas à exportação de madeiras em toras. E somando a tudo isso, a crise cambial vigente em todo o mundo, que é uma bela desculpa. Nosso volume de exportação em 1974 foi de US\$ 90 milhões. A frente dos produtos mandados para o exterior, a madeira, apesar de tudo, conseguiu chegar às cifras de US\$ 29 milhões, correspondentes a 394 milhões de metros cúbicos, compreendendo desde madeiras compensadas e serradas, a laminados e toros. Em seguida, em plano decrescente, vem a pimenta-do-reino com 24, a castanha com 12 e o palmito em conserva com 6,5 milhões de dólares.

Exportaram-se, também, 5 milhões de dólares de peixe congelado.

Neste quadro, ressalta o palmito em conserva, que em relação ao ano anterior teve exportação triplicada (atenção amassadeiras de açaí, uni-vos, que ele está acabando), cujo volume foi aumentado de 41%. O camarão congelado, que em 1973 trouxe expressiva quota de divisas para a Amazônia, teve sua produção diminuída de 50%. Entretanto, o peixe congelado figura hoje como o quinto produto mais exportado. Das operações cambiais que cobriram as exportações em 74, 30% delas foram fechadas com o Banco do Brasil.

Vejamos, agora que se anuncia um ano de sombrios horizontes para a economia mundial, como se comportará o nosso quase débil mercado de exportação. Que só de madeira e castanha não poderá subsistir.

## A dupla que volta

Depois de uma longa separação, Simon & Garfunkel voltaram. Uma boa notícia para quem acompanhou o ótimo trabalho que os dois fizeram na década de 60 e início da 70 ("Sounds of silence", "The Boxer", "Bridge over troubled water", "Kathy's song"). Durante a separação, Simon gravou sozinho, sem conseguir o mesmo sucesso, embora seu trabalho não tivesse caído de nível. O que talvez se explique porque a imagem da dupla marcou muito. Garfunkel trabalhou em cinema e também gravou sozinho, com resultados desastrosos. O que leva os maliciosos a indagar se foi ele quem pediu arrego. Acredito que os dois não vão insistir exatamente no mesmo tipo de coisa que faziam, mas pelo que já produziram pode-se esperar que a qualidade de Simon como compositor, incentivado pela presença de Garfunkel — que é apenas vocal — até melhora. (Regina Alves)

## Subindo de cotação

Alacid Nunès, deputado mais votado para a Câmara Federal no Estado subirá vários pontos no termômetro político se sua indicação para o cargo de 1.º Secretário da Câmara Federal for confirmada. A 1.ª secretaria da Câmara é o cargo mais importante da Casa. Ao primeiro secretário cabe a direção administrativa da Câmara. Todas as decisões sancionadas pelo Presidente da Casa são de seu conhecimento e discutidas por ele antes de chegar à presidência. Numa comparação grosseira, significa que o presidente governa mas quem tem o poder é o secretário. O 1.º Secretário controla os gastos, as publicações, distribuições, nomeia, destitui e até a condução fica sob sua responsabilidade. É o cargo mais disputado da Casa, daí a posição que Alacid assumirá caso venha a ser confirmada a sua nomeação. (Guilherme Augusto).

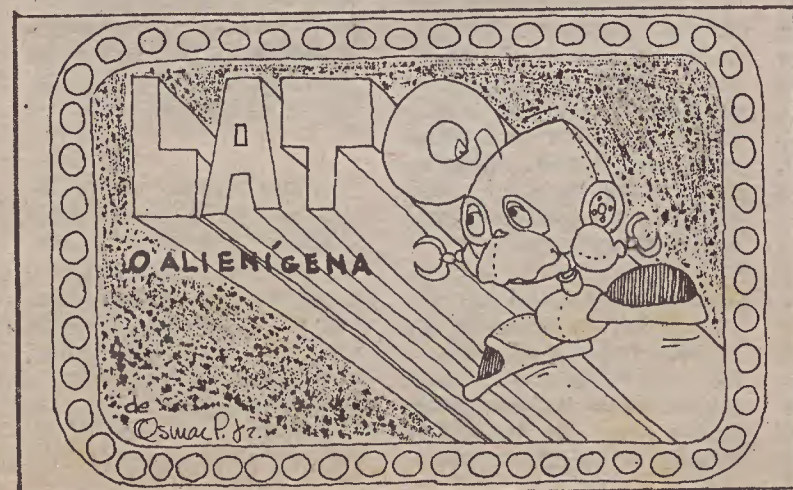
## Nova visão

Oliveira Bastos introduziu uma nova terminologia na linguagem jornalística: a "visão radâmica", que ele ligou a uma análise superficial das coisas e ao Projeto Radam (Radar da Amazônia), encarregado do levantamento aerofotogramétrico de toda a região. (Lúcio Flávio Pinto).



## Indo à raiz

Embora ainda não tenhamos dados suficientes para medir a repercussão do BANDEIRA 3 na cidade, estamos otimistas. Aliás, o otimismo não é um elemento fortuito em empreendimentos do tipo, mas uma necessidade visceral. Apesar de algumas pessoas terem profetizado a nossa singularidade ("não passa do número um"), pelo menos essa barreira vencemos. E conseguimos adesões significativas, como se pode constatar por nosso expediente. Cartas que chegaram até nós, como as do arquiteto Cicerino Cabral e do jornalista Oliveira Bastos, além de telefonemas e cumprimentos pessoais, não nos permitem pensar na precariedade atual do nosso funcionamento. BANDEIRA 3, neste momento, já conseguiu penetrar em recintos fechados do poder e chegar até governantes (pois nossa intenção não é criticar intramuros, mas instaurar um diálogo respeitoso e corajoso). E também atingiu camadas humildes, que reagiram à sua maneira: a mais confortadora de todas. Queremos, sinceramente, ser um órgão representativo da opinião pública e para isso procuramos semanalmente ouvir suas aspirações, traduzi-las objetivamente e levar até elas a produção de pessoas e entidades eleitos ou nomeados para representá-la. Realizar essa aproximação — mesmo que crítica — é nossa principal tarefa. (Lúcio Flávio Pinto)



# BALAIÃO

## Respeitemos o sambista

Pelo que leio nos jornais, a comissão que trata do carnaval de Belém não está integrada por nenhum representante de Escolas de Samba. Estas deveriam ser as primeiras a se fazerem ouvir quando o assunto é carnaval. Como tem muita gente que está colaborando na base da boa vontade, não é de estranhar que tomem decisões, que eu diria "desconcertantes", como a escolher "estrangeiros" para comporem o júri do concurso das Escolas de Samba.

O que pode acontecer é o seguinte: um sisudo texano de passagem por Belém à procura de terras na Amazônia, julgando tamborins, cuicas e letecotecos ou um enigmático industrial de radinhos de pilhas do Japão, que por azares ou sortes de seus negócios esteja em um

hotéis de Belém, ser chamado a julgar nada a menos do que o enredo e evolução da Escola de Samba. Evidentemente que esses são exemplos hipotéticos, mas podem acontecer na realidade se persistir a errônea decisão. É claro que a turma está preocupada com a chamada isenção, acontece que, aqui mesmo em Belém, pode ser composto um corpo de jurados isento e que certamente não estará livre de críticas e malentendidos como acontece em qualquer parte do mundo.

A comissão já decidiu dos itens a serem julgados. Cabe agora dizer como julgá-los. Se quiserem, posso dar algumas dicas. Agora essa de júri "estrangeiro" fica muito bom pra outra coisa. Respeitemos o sambista, e não os sambeiros que infestam desde alguns anos atrás o nosso carnaval. (Isidoro Alves)



## Nossa Belém vertical

Poucas pessoas compreenderam quando aquele holandês, após fazer uma compra superior a duzentos cruzeiros num dos supermercados da rede Pão de Açúcar, revoltou-se e devolveu toda a mercadoria quando a caixa quis lhe passar mentas e chicletes, em lugar do troco de 10 centavos a que tinha direito.

Mas como compreender que não se pode mais passar próximo de muitos edifícios de Belém, sem tomar o que se chama de "banho frio" de água gelada dos condicionadores de ar incrustados em suas janelas? Como compreender que se lave a frente dos estabelecimentos comerciais justamente nas horas em que o tráfego de pessoas é grande?

Isso seria pouco se muitas ruas não estivessem entupidas de lixo. Se as pessoas não destruíssem os bancos das praças e as calçadas. Se não houvesse uma roda de samba "enchendo o saco" ao lado de casa. Talvez não fosse muito difícil de compreender a grosseria dos cobradores de ônibus, se compreensivo fosse o barulho das lojas de discos da Treze de Maio.

Por essas e por outras, pode-se dizer que o desrespeito em Belém é mútuo. É batida a frase: sou livre até o ponto em que minha liberdade não interfere em sua liberdade. Até que ponto nós podemos reclamar dos bom-bons em vez do troco? Padecemos dos males de uma cidade que verticaliza-se. (Raymundo de Souza Costa).

## Cá e lá

O Superintendente regional da SUCAM (Superintendência das Campanhas Médicas) disse em Belém que em 1974 foram registrados no Pará 104 casos de esquistossomose, menos do que os do ano anterior (134). Funcionários da SUCAM em Altamira me deram outros dados: só na área abrangida pelo distrito de Altamira (com áreas de Senador José Porfírio, São Félix do Xingu, Portel e Prainha) foram registrados 137 casos em 1973. No ano passado, até novembro esse índice havia baixado para 56, mas ainda assim representa metade dos casos apontados pela SUCAM em Belém. São as aguras da estatística. (Lúcio Flávio Pinto)

## Ainda a Margaret

Na bibliografia sobre Margaret Bourke-White (número anterior) houve omissão de algumas fontes tão importantes quanto as citadas para um conhecimento maior de seu trabalho. Entre elas o artigo de Boris Kosoy no suplemento Literário do "Estado de São Paulo" (14.10.73). Boris é um dos bons fotógrafos brasileiros, inclusive com trabalhos publicados no exterior. Além disso é um estudioso e divulgador da fotografia, escrevendo regularmente para jornais e revistas sobre o assunto. (Ademir Silva)

## A opção dos médicos

A Secretaria de Estado de Saúde Pública poderá ser um dos órgãos mais sacrificados com a reformulação do funcionalismo, em relação ao quadro de médicos. Isso é o que se deduz da observação fato de que a maioria dos médicos da SESPA atua também no INPS. E como os vencimentos do órgão federal estão acima dos vencimentos do Estado, naturalmente que se registrará uma preferência. Mas, muito ao contrário dessa suposição, o Dr. Antonio Maria Campos Freire, Secretário de Saúde, garante que a SESPA não terá o esvaziamento que se prevê, pois seus médicos não chegam a atender, por dia, um número de 25 pacientes, mais ou menos. (Nélio Palheta)

## Kung Fu ataca

Consumo é terrível. Depois da TV e do cinema, Kung Fu ataca agora nas discotecas americanas e européias, onde foi lançado a partir do disco "Kung Fu Fighting", de Carl Douglas. Ao que parece, pois ainda não chegou por aqui, o novo som é uma mistura de pop, Jamaica — Douglas é de lá — e especiarias orientais. Uma boa receita para venda, que já resultou em alguns milionários, além de revitalizar as discotecas. Pessoalmente, acho o tipo da moda que já nasce velha. As pessoas conquistaram a liberdade de dançar como querem, ou podem, e por isso acreditado que não vão entrar numa onda dirigida para o faturamento e nada mais. Que diria Mestre Po sobre o assunto ao seu Gafanhoto? (Regina Alves)





A situação dos repatriados de Caiena que optaram por Macapá está longe de ser inteiramente resolvida. Logo que eles chegaram a esta cidade, no dia 5 de dezembro de 74, e ficaram instalados no prédio da antiga Olaria Territorial, divulgava-se amplamente que não haveria problema de emprego para ninguém, e que todos seriam colocados com bons salários nas empresas como Brumasa, Icomi, Jari e a própria Prefeitura Municipal de Macapá. Mas as coisas não ocorreram como se esperava. Era época de fim de ano, a Indústria e Comércio de Minérios S.A. — Icomi, havia determinado "férias coletivas" e não pôde atender ao problema. A Brumasa também não teve condições de admitir ninguém porque, com as "férias coletivas" da Icomi, não podia contar com o seu departamento médico (o que faz habitualmente para examinar os candidatos a emprego). E a empresa Jari chegou a enviar um diretor administrativo, Mr. Krause, e um diretor de Pessoal, que estiveram instalados numa das dependências da Olaria fazendo entrevista com os repatriados.

O interesse da empresa, segundo disse o Mr. Krause, era por técnicos especializados em máquinas e eletricitistas. No final levaram apenas 4 elementos para Monte Dourado, remetendo um de volta em seguida, porque estava precisando de uma operação na vista. Esse fato chegou a decepcionar o diretor da Divisão de Ação Social e Presidente da Comissão de Recepção dos repatriados, Dr. Fernando Dias Carvalho, que achou que a empresa "não correspondeu à nossa expectativa, pois contávamos colocar pelo menos 20 pessoas em seu quadro de operários".

Com o passar dos dias, sem que aparecessem resultados otimistas com relação a emprego, muitas famílias repatriadas foram se impacientando e procurando arranjar-se com parentes residentes em Macapá. Para sair da Olaria eles tinham que assinar uma declaração de que não mais precisavam da hospedagem do governo. Verificou-se, logo em seguida, algumas decisões precipitadas, pois muitos tiveram que voltar à Olaria pedindo auxílio porque os parentes eram pobres e não tinham condições de ajudar. Mas aí estava criado outro problema, pois, pelo regulamento, da Operação REBRACA quem sai não tem mais direito de voltar. E, para serem fiéis ao regulamento, as assistentes sociais que prestavam serviço na Olaria tinham, muitas vezes, de assumir atitudes consideradas "grosseiras" pelos repatriados desistentes.

Esse clima de desacordos, somado às dificuldades reais para resolver os problemas individuais que se multiplicavam a cada dia,

## Repatriados do Amapá já pensam em voltar



Poucos repatriados conseguiram emprego e ainda não definiram com alguma segurança seu futuro. As empresas que haviam manifestado interesse de absorver os trabalhadores trazidos de Caiena empregaram poucos. E eles já querem voltar.

acentuou-se na época do Natal, quando muitos repatriados, entre eles Milton Miranda de Souza, pai de três filhos, reclamavam da comida e das dificuldades enfrentadas para conseguirem documentos. Já então os trabalhos da REBRACA, diferentemente dos primeiros dias, quando muita gente aparecia trabalhando e dando entrevistas, estavam agora sobre os ombros do Diretor da Divisão de Ação Social, de duas assistentes sociais, de duas enfermeiras e alguns policiais que se revezavam reclamando horas extras não pagas. Uma notícia divulgada pelo jornal "A Província do Pará" (25/12/74), relatando esses fatos, talvez tivesse contribuído para que houvesse alguma melhoria no tratamento dado aos repatriados, principalmente quanto à alimentação, pois eles passaram a comer carne fresca, feijão, arroz, leite, em vez de apenas "arroz com pão", como falara Milton Souza. E o Dr. Fernando solicitaria a vinda de um representante dos Ministérios da Previdência e do Trabalho para ajudá-lo na difícil tarefa de resolver, protegidos com a expressão "em caráter de exceção", a necessária liberação de documentos de repatriados que não tinham título de eleitor, carteira profissional, certificado de reservista e nem mesmo certidão de nascimento. O que representava mais um entrave para empregá-los.

### UM NOVO ALENTO

O Dr. Geraldo de Almeida, representante dos

Ministérios da Previdência e do Trabalho, integrante do Grupo Tarefa da Amazônia, que esteve em Caiena e viajou junto com os repatriados no navio Barroso Pereira, retornou a Macapá na primeira quinzena de janeiro para ajudar a Comissão de Recepção de Repatriados de Macapá. O Dr. Fernando referiu-se à "satisfação" manifestada pelos repatriados ao vê-lo de volta, como se vissem nele as soluções tão ansiosamente esperadas. A chegada do Dr. Geraldo coincidiu com o término das férias coletivas da Icomi, com a subsequente "abertura" da BRUMASA e também com uma Prefeitura de Macapá que se preparava para pôr em execução um Plano de Desenvolvimento Urbano, para o qual dispunha de verba em torno de 10 milhões de cruzeiros para 1975.

Até o dia 15 do corrente, a situação REBRACA, com relação a empregos para repatriados podia definir-se assim:

EMPRESAS — Ofertas de Emprego  
Mendes Junior — empregou 9, talvez precise de mais 10  
Brasília Obras Públicas — empregou 3  
BRUMASA — empregou 20  
JARI — empregou 3  
Prefeitura de Macapá — empregará 35

Segundo informou a Comissão REBRACA, dos 344 repatriados que vieram para Macapá, apenas 131 são cabeça de família (pai ou mãe), o restante é composto de crianças. Dos 131, a Comissão

espera ter empregado 85 até o fim de janeiro. Sobrariam portanto 46, 9 dos quais são de idade avançada (mais de 70 anos) ou doentes, incapacitados para certos trabalhos.

### AS INSTALAÇÕES NA OLARIA

A Olaria Territorial é um prédio antigo, onde funcionava logicamente a olaria do governo. Situada no centro da cidade, com muito espaço, foi o local considerado mais indicado para alojar os repatriados. Atualmente, 64 cubículos que a Comissão chama de apartamento estão ocupados. Na parte térrea (o prédio é de dois pavimentos) ficam as mesas para as refeições. Existe, ainda, na parte de cima um grande salão com uma televisão; um departamento administrativo, um departamento médico, um departamento social e um almoxarifado geral. Os repatriados podem dispor de 20 sanitários e 15 banheiros. Durante a noite ficam dois guardas e uma enfermeira de plantão. Uma assistente social permanece, também, até as 22 horas.

### UM FRANCÊS ENTRE OS REPATRIADOS

Lidier Léon Benoit, guianense, veio entre os repatriados "encostado" (ou amigado) com uma macapaense. Está quase empregado na Icomi. O problema dele é que ainda não conseguiu um carimbo definitivo em seu passaporte

para ficar no Território. O conselheiro Carlos Alveiz de Souza, do Itamaraty, teria dado orientação para que esse problema fosse logo resolvido em Macapá, mas até agora as autoridades locais não o haviam atendido. O DOPS estaria exigindo um atestado de boa conduta que só poderá ser tirado em Caiena.

Benoit revelou que em Caiena é melhor para se ganhar dinheiro, mas o custo de vida é muito alto. Trabalhava como motorista de ônibus e faturava o equivalente a dois mil cruzeiros. Com 32 anos de idade, é amigado com Maria Moura Lobato. Se for possível, diz Benoit, "voltarei para lá no fim deste ano".

### UM QUEIXOSO

Melquíades de Souza Tavares, 45 anos, 10 filhos, nascido no Ceará e registrado paraense, foi para Caiena em junho de 1964, com toda a família, partindo de Oiapoque numa canoinha, "porque não arranjava emprego e estava morrendo de fome com a família". Em Caiena trabalhava em máquinas e ganhava cerca de 1.500 cruzeiros mensais. Concorde que o custo de vida lá é alto, "mas tem outras facilidades que compensam". Segundo Melquíades, tem três tipos de carne em Caiena: a especial, de 56 cruzeiros o quilo, a intermediária, em torno de 45 cruzeiros, e a mais barata, a 32 cruzeiros o quilo. A galinha sai muito barato, diz: "cerca de 6,50 cruzeiros o quilo". Um varredor de rua, informa ainda Melquíades, ganha no mínimo o equivalente a 50 cruzeiros por dia. Todos os seus filhos estudavam. Tem cinco filhos nascidos lá. Já quis naturalizá-los em Macapá, mas o Cartório "cobrou um dinheirão". "Meus filhos ficarão mesmo como franceses, concluiu.

Melquíades tinha casa própria em Caiena, o ônibus vinha buscar e deixar os seus filhos para a escola: "O governo de lá dá tudo para quem estuda: transporte, livro, caderno, eu não gastava um tostão com isso". Veio somente para atender o chamado do governo brasileiro. Em Macapá já gastou tudo o que tinha para poder sobreviver. Deixou o alojamento na Olaria e está com parentes, morando no bairro do Buritizal. Sua mulher chora a toda hora "quando se lembra da cabeçada que nós demos". Em Caiena já tinha, inclusive, os papéis prontos para naturaliza-se francês. E Melquíades exibe uma série de documentos tirados em Caiena que mostram que ele é um cidadão de bom conduta.

Para o Dr. Fernando Dias Carvalho, porém, Melquíades é um dos que gostam de reclamar e que não reconhecem o esforço que todos da Rebraca fazem para encaminhá-los para uma vida melhor do que já tiveram como brasileiros numa terra estranha.





## “Exorcista”: o diabo “made” in Hollywood

**M**arcado pela badalação e pela enorme publicidade, o filme de Friedklin & Peter Blatty tem sido visto muito mais como um espetáculo demoníaco do que propriamente um filme cujo tema é um caso de possessão (fictício ou não).

Em razão disso, algumas qualidades têm sido deixadas de lado, assim como também são ressaltados os aspectos onde mais parecem os defeitos. Em termos de cinema, provavelmente a parte menos convincente do filme é justamente a que se refere à possessão e transformação da menina. A nosso ver, o filme desvia-se de um caminho esboçado na primeira parte, que teria sido muito mais rico enquanto motivação dramática.

A comparação com o filme de Jerzy Kawalerowicz, “Madre Joana dos Anjos”, demonstra como é possível se fazer, no caso do polonês, um filme sobre um caso de possessão, deixando-o em aberto para a livre interpretação do espectador, e não com um ponto de vista parcial e conduzindo-o para o fácil caminho do espetáculo, como é o caso de “O Exorcista”.

É em toda a parte que eu chamaria de “preparação” que reside o que de melhor tem o filme: utiliza-se uma modalidade de narrativa centrada na alternância de imagens que focalizam a situação familiar da menina e a do padre Karras. Alguns problemas são colocados pelos realizadores, e nem sempre percebidos pelo espectador, no confronto entre a placidez juvenil da garota e a expressão carregada do padre, entre uma

situação de estabilidade emocional e uma de conflito interior marcado pelas condições difíceis que um homem enfrenta para ser o que é e as obrigações com uma velha mãe.

Era de se esperar, portanto, que o confronto final pusesse em questão os conteúdos dramáticos esboçados em toda essa primeira parte. Assim, a possessão não seria apenas um espalhafatoso — e por vezes “carnavalesco” — registro de um caso, mas a expressão de conflitos humanos, individuais ou coletivos, projetados simbolicamente a partir da construção dos diferentes e antagonísticos tipos dramáticos.

A narrativa, que caminhava de forma articulada, cinde-se, pois não se tem mais um “confronto” final como o resultado de uma progressão dramaticamente articulada em situações polares, pois a sequência de possessão e suas alternativas de “cura” apenas são motivo para a utilização dos chamados “efeitos especiais” tão a gosto da Academia de Hollywood para distribuição de seus “Oscars”.

Muito mais aterrador não é uma cena de possessão da menina, mas a angustiante visão do manicômio em que está internada a mãe do Padre. Aproveitada de forma adequada, esta sim seria como uma primeira descida ao inferno. O confronto final do padre Karras com a menina possuída teria sido, então um encontro consigo mesmo.

Por esse caminho melhor se estrutura uma narrativa. Mas o filme de Friedklin e Blatty, embora sabendo, até certo pon-

to, tirar proveito de seus recursos narrativos, esbarra nos limites de sua própria destinação: sendo um filme de produto de todo um sistema de representações acerca do demônio, ela não busca discuti-lo, mas fortalecê-lo, pois a possessão é colocada mais com o objetivo de fácil aceitação do que como um motivo, um ponto de partida para a criação de uma estrutura narrativa dramática. A possessão deveria ser um ponto centralizador entre as várias vertentes protagonizadoras, entre os vários personagens. É isso que faz do filme de Kawalerowicz, citado acima, uma obra de extraordinária riqueza e concisão. Ele trata de um caso que a história chamou de “possessão coletiva”, mas é fundamentalmente a relação humana entre a Mãre possuída e o Padre que vai exorcizá-la que permite que a questão fique em aberto. No verdadeiro bailado visual, o momento em que as freiras são acometidas de histeria coletiva, a expressão cinematográfica é mais integral que os efeitos de camas pulando, objetos voando, vômitos das mais variadas cores mostradas em “O Exorcista”. A expressão demoníaca no filme de Kawalerowicz é resultado do trabalho do ator e do modo como é filmado: a câmera acompanha a madre pelas costas e ela de repente vira-se com a expressão do rosto transformada. Em “O Exorcista”, apela-se para a “maquiada feiura”, que tem apenas um efeito superficial.

Filme razoavelmente bem feito, que procura prender a atenção do espectador, consegue apenas nesse aspecto os seus pontos mais positivos.

Nunca evidentemente como um rico sistema simbólico — em que se constitui uma verdadeira obra — a ser decodificado e, conseqüentemente, ser uma rica fonte para o exercício crítico. Contudo, é esse “bem feito” o que quer dizer, tecnicamente bem feito, que garante em grande parte o sucesso do filme. Chega “O Exorcista” a ter momentos extremamente felizes, especialmente em toda a primeira parte, em termos de cortes precisos, enquadramento de imagens, uso da cor e da luz. Contudo esses elementos vão sendo gradativamente diluídos na medida em que o “anedótico” vai tomando lugar.

Interpretação de boa qualidade completam a “boa qualidade técnica”. “O Exorcista”, contudo, segue sendo um produto típico da grande produção cinematográfica de Hollywood: se as pessoas estão querendo curtir o demônio, vamos explorá-lo. Um produto devidamente embalado pela eficiente máquina de produção.

Seria pedir demais a Friedklin que atravessasse incólume a hora do lobo ou que, como Polanski, impregnasse o seu filme de uma demoníaca sensualidade.

O diabo está na praça: vamos curtir-lo. (Isidoro Alves)

### Música

**D**esde a capa (Rogério Duarte/Aldo Luiz), o disco não pretende renovar nada. E isso é bom, no caso. É a

documentação de um trabalho. Uma revolução (no bom sentido) musical foi feita com o Tropicalismo e cabe a cada um dos artistas implicados prosseguir, ou não, um trabalho. Não necessariamente com as mesmas proposições, mas inovador. E Gilberto Gil sempre consegue, sem forçar. A qualidade vocal de Gilberto Gil não é exatamente bonita ou agradável convencionalmente. Nem toca o outro extremo de beleza (Betânia, Luís Melodia, Nelson Cavaquinho, Clementina de Jesus). Assim é naturalmente levado a marcar suas interpretações pelos recursos de extensão, divisão, falsete, etc. É muito bom o que faz, mas é comportado se confrontamos com os trabalhos de Caetano neste sentido. Talvez por isso, na faixa “Intimista”, “Sim, foi Você” — de proposital e caricata letra/melodia — se limite a mostrar a música de Caetano.

Para quem espera alguma definição de Gilberto Gil em termos de comprometimento, “Abra o Olho” é uma possibilidade. O destaque é para a letra, e se existe alguma ambigüidade ela é contingente, ora. O colírio é diário e não seria Gilberto Gil quem deixaria de ver. No LP não existe “nostalgia”, “revisão” ou modismo assim, mas, especialmente com João Donato (“Lugar Comum”), a bossa-nova reaparece em certas “obrigações” de divisão rítmica. Quem sabe por causa da parceria.

Quase tudo o que aconteceu em música popular aparece nas seis faixas. Guitarra com distorção, vocalizando a

(CONTINUA)





linha melódica com o cantor em "Menina Goiaba", sem todavia comprometer o "aboio" na primeira parte. Ainda nesta faixa faz uso de três ritmos que completam as palavras, o sentido da letra, sem que esta se modifique. A articulação em "João Sabino" se liga nas "entidades" de candomblé mas naturalmente, sem gratuidade (coisa difícil pra quem tem recursos vocais, essa contenção). Um "ovo de Colombo" é o ditado musical, quase, o jogo de palavras (si, dó sustenido/suspendendo, ré, etc.) ambivalente para letra e melodia. Isso em "João Sabino", sem dúvida a mais criativa do disco.

A qualidade técnica surpreende num disco gravado ao vivo. Deplora-se a ausência de ficha técnica. Quem são os músicos? E isso é engraçado, uma vez que os "bairros" nunca se descuidam...

A música pop, entre outras expressões, importou "in concert", mas é neste disco que a expressão se concretiza: faixas longas de criatividade vocal, de improvisação, de entrosamento musical, de momento. Como em apresentações de jazz. A espontaneidade de Gilberto Gil só murcha um pouco em "Sim, foi Você". Um disco que não é "difícil" e não abdica nem concede nada: uma proeza. (Walter Bandeira)

## Artes

### plásticas

No dia 13 foi aberta uma nova exposição na Galeria Angelus, uma das primeiras de 75. O artista convidado é baiano, Zu Campos (Jesuino Campos de Oliveira), e trouxe uma coleção de talhas recentes, de estilo bem diverso das que se fazem habitualmente na Bahia e mesmo no Pará.

Zu Campos é um baiano em todos os sentidos da palavra, apaixonado por sua terra, pelo sol, cores, gente, costumes, arquitetura e santos da Bahia. É um artista muito sensível e expressivo, transferindo todas as suas paixões e alegrias, dúvidas e tristezas para seus trabalhos.

Há dez anos começou a interessar-se seriamente pela arte, e este momento coincidiu com sua vinda a Salvador (nasceu em Vitória da Conquista). Auto-didata, no início foi atraído por pintura e desenho, mas como não ficou satisfeito com os resultados desta atividade, foi procurar outros meios para expressar-se melhor. Assim, em contato com um grupo de entalhadores de Olinda, descobriu a madeira, com todas as suas riquíssimas possibilidades, adotando-a como seu material único.

A técnica de seus trabalhos é bastante diversa. As imagens dos santos, as cenas da

vida cotidiana, as composições puramente decorativas, com motivos da flora tropical. Zu



Depois de muitas transferências de sede, a Escola de Teatro não sabe mais para onde ir.

Campos emprega não somente o relevo, como acontece geralmente nessa modalidade, de escultura que é a talha, mas aproveita também madeira velha encontrada em demolições — pedaços de portas, painéis, etc. E aproveitando, assim, numa maneira curiosa e interessante os fragmentos de decorações antigas, de sua forma, textura. Existe ainda algo mais nas talhas de Zu: é a cor, um elemento indispensável nas suas composições. A cor, que conclui cada trabalho seu numa maneira original, muito pessoal. As formas bem vivas, expressivas, realçadas com cores decididas, primárias, que criam em conjunto uma atmosfera muito especial.

Mas não é só isso que valoriza tanto os trabalhos de Zu Campos. Ele conseguiu, de forma interessante e pessoal, juntar, por exemplo, as imagens dos santos com a nossa realidade, transferindo-os para o ambiente de hoje, nos interiores das casas simples e características da Bahia. E justamente esta transposição das imagens sagradas para o meio dos nossos problemas de hoje, para a rua onde moramos, basta absolutamente para considerar Zu como um artista verdadeiro, sensível e criativo. (HANNA-KARINA).

## Teatro

Fundada no começo da década de 60 com o objetivo de, partindo do meio acadêmico, criar as bases para o surgimento de uma atividade teatral regular na região, independente da matriz oficial representada pelo elenco universitário, o que se vê dez anos após sua criação é que, se no meio universitário local sua atuação não lhe justifica a existência, fora dele o nosso teatro continua na mesma situação, caótica e modorrenta, como a que existia antes da criação da nossa escola de Teatro.

### QUANDO ELA FOI CRIADA

A vida teatral em Belém conheceu uma de suas fases mais estimulantes, ainda que o repertório do elenco universitário possa ser questionado enquanto política que visava formar um público — universitário ou não — que se mantinha afastado das salas de espetáculo, seja por falta do que ver ou por contar apenas com esporádicas montagens de Milton Carneiro e adjacências, enquanto que no resto do Brasil nossa dramaturgia florescente se empenhava em questionar a nossa realidade. A esta fase inicial da Escola de Teatro corresponde a montagem de "Os Fuzis da Senhora Carrar", de Brecht (talvez a sua mais significativa encenação), um festival Shakespeare, com trechos das principais peças do bardo inglês (Ricardo III, Otelo, Rei Lear, etc.), que ao lado de Albee (O Sonho Americano, História do Zoológico), Gil Vicente (O Auto da Barca do Inferno), Martins Pena (O Inglês

Maquinista, Desgraças de uma Criancinha, etc.) e Tchekov (O Caminho Real) conseguiram levar ao teatro um público na sua maioria formado por gente que jamais havia entrado numa sala de espetáculos.

Contudo, é impossível enfocar este período sem citar os nomes de Amir Haddad, Carlos de Moura e Yolanda Amadei, que vindos de São Paulo para trabalhar na escola de teatro formaram a maioria dos professores que hoje nela ensinam, sendo que alguns daqueles alunos-atores já possuíam bastante experiência em teatro, como é o caso de Cláudio Barradas, sem esquecer o de Benedito e Maria Sylvia Nunes, a cuja seriedade intelectual e eficiência administrativa devia-se o crédito que nossa escola merecia ante a Reitoria.

A criação de uma Companhia Estável, mantida pela Universidade, projeto elaborado por Benedito Nunes mas posto em prática pelo coordenador que o sucedeu, talvez seja o último plano de repercussão consequente, pelo menos em tese, devido à nossa escola de teatro. Por que tal projeto não surtiu efeito? Os motivos são os mais diversos, indo dos administrativos até os de feição puramente "doméstica", devidos à mentalidade dos que fazem teatro em Belém. O objetivo fundamental e primeiro da Companhia Estável de Teatro Universitário seria oferecer um mercado de trabalho que absorveria todos aqueles que faziam teatro em Belém, embora alguns não compusessem a galeria dos ex-alunos da escola. Mas isso não invalidava suas experiências anteriores e vivência cênica. Se o texto de estréia da Companhia Estável resultou numa montagem de qualidade duvidosa e repercussão limitada e desestimulante (Pedreira das Almas, de Jorge Andrade, com direção de Lineu Dias), a quantidade de gente que nela tomava parte e a suntuosidade do cenário não deixavam o espectador em dúvida de estar vendo uma super-produção; e o que o surpreendia ainda mais, de estar vendo tudo aquilo sem que houvesse pago absolutamente nada para ver. Como os salários para os atores eram altíssimos (para dar um exemplo, na época, 64/65, alguns figurantes chegavam a ganhar 350 cruzeiros ou mais...), embora nada fosse cobrado ao espectador, a experiência, sem uma receita que lhe diminuísse os custos de montagem, mostrou-se por demais onerosa. Por isso, a Companhia Estável de Teatro Universitário não passou do seu primeiro teste. O balanço desta empreitada deixou como saldo evidente o desperdício daqueles que na época dirigiam a escola de teatro para implantar entre nós, aquilo que com êxito já havia sido feita no Ocidente, através dos teatros comunitários de Paris. (LUIS OTÁVIO BARATA).





# MINOSSAURO

Neste ensaio, Lúcio Flávio Pinto vê o romance "Minossauro".

O tempo eterno nas distâncias infinitas, as cores e os sons confluindo-se na formação de um cor-som indefinido, a vida vivida na dependência do que ainda não é controlável pelo homem, e ele, ainda difuso, um Minossauro neológico à procura de sua história, arranhando barrancos, sertões, águas e bichos, sendo tudo isso e o nada na sua conformação mais geográfica que humana. Esta a estrutura do segundo romance da trilogia que Benedicto Monteiro está escrevendo para reinscrever a Amazônia no universo literário, do qual ela tem sido apenas um apêndice quando na verdade é uma das expressões mais decisivas. "Minossauro" é uma continuação ampliada de "Verde Vagomundo" espreitando uma obra mais acabada no futuro, compondo provavelmente a mais densa e importante obra de ficção sobre a Amazônia.

Cabra da Peste continua sendo o personagem principal, que se associa, com suas histórias e experiências, a uma equipe da Petrobrás que vai fazer um levantamento sismográfico de 500 mil quilômetros quadrados no Baixo-Amazonas. São dois mundos: o do caboco, contendo em si os dramas do isolamento, de um mundo (do) passado, e o dos engenheiros Roberto e Paulo, a modernidade angustiada que convive com o primitivismo da região como o rio Amazonas convive com o Tapajós: próximos mas sem se juntarem. São histórias distintas e paralelas, para desespero de Paulo, que tenta encontrar (ou apenas construir, num movimento puramente mental) uma ponte através das palavras. Mas elas não conseguem expressar a realidade multicolorida, multiviva, multisonora, multiespectral. Cabra da Peste desfia diante dos dois homens o rosário de lendas, dramas e ansias desse mundo abissal, estranho e, apesar de isolado, humano. Não consegue despertar mais do que encantamento em Paulo, rápido interesse em Roberto, sentimentos passivos que explicam a falta de solidariedade mesmo entre o habitante urbano e o habitante rural dentro da própria Amazônia: Simone, escrevendo de Belém para seu amante trabalhando numa casa flutuante diante de Alenquer, consegue apenas pensar em sexo, amor e desejo de vê-lo sair desse mundo sem atração na direção dela. Zuleika, do Rio, escreve para o noivo teorizações sem propósito sobre um meio que ela só conhece intelectualmente. E as notícias que chegam do outro mundo, captadas por um aparelho de rádio, nada têm a ver com esse outro lado, ainda que permeie entre eles uma funda percepção subconsciente de que tanto no mundo das organizações complexas como no mundo primitivo amazônico a história não tem senti-

do porque não possui uma justa dimensão humana. Cabra da Peste ao menos crê firmemente na força de seu terçado 128, sempre preso à bainha. Paulo e Roberto angustiam-se: as cansativas anotações sismográficas irão parar nas mãos de Mr. Link, responsável pelo setor de pesquisas da Petrobrás, para quem a possibilidade de existir petróleo na Amazônia não passa de lenda, mesmo que provem o contrário as observações de campo.

Benedicto Monteiro prossegue na sua tentativa de ligar os dois tempos: o que atravessa as copas das árvores montado em ondas hertzeanas e o que fica de bubuia nas águas. Mas o resultado estilístico é uma clara comprovação de que são tempos apenas coincidentes, não os mesmos. Ele é, talvez o maior romancista desse mundo amazônico ainda não atingido pelas frentes de penetração, guiado pelos rios, marcado pelo tempo sem tempo, sem indicadores "civilizatórios", a página do Gênesis ainda não escrita, na expressão de Euclides da Cunha. Por isso, todas as vezes que tenta descrever o presente ou o futuro não consegue uma linguagem tão bela como a que usa para descrever a magia da natureza em sua projeção nos homens, na verdade partes integrantes dela, o homem-água, que flui nas conversas de diabos e encantados nas barrancas do rio: "Depois dos fogos, virei cinza, raiz queimada, sapo cururu que come fogo, planta agreste que não morre, boto tucuxi que salva, pra uns, ou boto encarnado que encanta, pra outros", confessa Cabra da Peste.

A percepção da natureza é um dom natural em Benedicto Monteiro, que soube entronizar até os canais da mente a sua viva experiência de homem da região. Alguns momentos possuem o tom épico semelhante a "Moby Dick", de Herman Melville, adaptada a caça da baleia das dimensões do mar salgado aos limites do mar doce do Amazonas. É Cabra da Peste caçando boto: "A Canoa começou a voar. Cravei o jacumã na popa como leme pra canoa não emborcar. Mas bumbo quem dava era o boto na ponta do arpão: era a linha esticada pelo fundo e riscando a água pelo meio; atrás, pelos lados e pela frente, noite e água se juntavam num silêncio desconforme". O barulho das ondas enfurecidas é substituído nos rios pelo silêncio esmagador da paisagem. A grandiosidade porém é a mesma.

A diferença entre os dois tempos se expressa assim na própria linguagem do romancista. Os monólogos de Cabra da Peste são simultaneamente fortes e poéticos. Os diálogos dos técnicos da Petrobrás com suas mulheres são artifi-

ciais e com muitos clichês. Benedicto maneja com destreza apenas um desses tempos, embora se sensibilize e procure agir no sentido do outro. As cartas de Zuleika para o noivo representam uma forma do autor exprimir suas opiniões sobre a situação política do país, mas ele poderia escolher um veículo mais adequado que o romance — o ensaio, por exemplo — e a necessidade de recorrer à ficção se explica pelas circunstâncias atuais da cultura brasileira.

"Minossauro" não é um romance perfeito. Em todos os trechos sente-se que faltou pouco para o autor chegar a uma grande obra. O livro é irregular: altos momentos são seguidos de bruscas quedas e falta um estilo uniforme ao longo do texto. Ele é costurado com agradáveis surpresas e algumas repetições cansativas. Seu forte não são os tipos humanos, sua estrutura psicológica, geralmente muito esquemática, mas a descrição do homem no mundo vasto mundo dos rios e da floresta, uma continuada reflexão sobre esse relacionamento, que constitui o traço marcante da vida na Amazônia, às vezes mais do que o próprio relacionamento entre intrahomens. Não é um romance de aventuras ou mesmo de fantásticas histórias sobre a Amazônia, nem chega a ser um instantâneo de grande carga social como "A Selva", de Ferreira de Castro: é exatamente uma longa e frequentemente fascinante reflexão sobre um universo tipicamente pre-civilizatório ocidental, no qual os valores dominantes inexistem e a usura e o lucro não constituem a marca do homem. Ele está só e abandonado, ainda que não por muito tempo. "Minossauro" é um poético tratado de filosofia da natureza e os que ainda não se desligaram inteiramente dela no reino da coisificação urbana saberão descobrir a beleza dos soliloquios sonoros e mágicos, talvez até senti-los epidemicamente.

Não estamos contudo diante de um pobre jogo de palavras encadeadas com engenho e fantasia, como costuma acontecer com um certo tipo de literatura sul-americana, que não sabe livrar o conteúdo das garras de uma forma embriagadora. Benedicto soube perceber o exato significado do minúsculo homem na maiúscula natureza. Como todas as dimensões físicas dominantes (as da Natureza) são imensuráveis, a dimensão humana aparenta uma eternidade, o tempo parece estacionário, as mudanças constituem um palpite de improvável ocorrência. Assim pensa um dos homens mais poderosos do lugar, o coronel Laudemiro, dono de um seringa e de muitas coisas mais, para quem não há pressa nem angústia: "Tudo o que ele não sa-

bia, não podia ou não queria explicar, ele falava: isso é uma exigência da realidade". Nessa situação, tudo se explica e tudo se anula: imutável, como raciocina intuitivamente Cabra da Peste: "Na minha ignorância, essa palavra eternidade é que fazia daquele lugar o fim do mundo". As relações de dominação e vassalagem são assim medievais (mas nada têm a ver com um modo de produção feudal) e os estranhos visitantes, marcados pelas relações de troca, lucro e usura, não a entendem. Chocam-se com elas e as transformarão — e esse é o sentido digamos assim mais antropológico da penetração colonizadora que se realiza atualmente na Amazônia. Ela será realmente colonizadora, substituindo sistemas de dominação e vassalagem e cobrindo-os com expressões modernas. E um resultado marginal negativo: dentro de algumas décadas raros artistas poderão descrever a natureza da maneira como o conseguiu Benedicto Monteiro. A natureza será então uma mera referência abstrata, sem valor cognitivo. Daí porque a plataforma ecológica é uma perspectiva política.

Considerando essa perspectiva, vemos que Benedicto Monteiro conseguiu, na maioria das vezes, fundir forma e conteúdo num todo indistinto. É claro que nem sempre isso foi obtido pois ele ainda é um romancista imaturo ou em construção: algumas partes, por exemplo, são muito lineares em comparação com outras, de "flashes", fotográficas, elípticas, na base do corte e montagem cinematográficos. Mas em numerosos trechos ele teceu alguns dos bons momentos da literatura brasileira. Como Cabra da Peste obrigando o cavalo que assassinara seu pai a curvar de cansaço, dobrado de tanta carreira louca, e pedir perdão de joelhos no campo incendiado.

Mas uma das mais belas cenas é sem dúvida a descrição de uma grande enchente, onde as palavras de sonoridade estranha juntam-se a imagens de um simbolismo exato: "Por isso eu lhe digo: cuidado, muito cuidado com essa enchente que já vem vindo. Já começou cedo a aluir com os bichos-de-fundo. Com pouco vai boiar arraia-grande, piranha desconforme, boto malhado de velhice, árvore inteira engatada em perau bem fundo. Com esse poder de água, tudo se mexe. Árvore que tiver gelado sem ser da água, morre. Pode ver onde japiim, João-de-barro, pato e marreca fizeram os seus ninhos: olhe o galho de pau e calcule a altura onde a água pode chegar". A água e seu mundo na visão de quem lhe é íntimo: "Outro forte indício de enchente grande é a chuva. Parece que depois de cada aguaceiro a água tufa. Manhã chovendo, chuva amanhe-

cendo. Dia de chuva o dia inteiro. O sol nem aparece. A chuva amanhece. A chuva permanece chovendo pelas horas. A chuva chega esquece. Chove, chuva! E a água cai e a água corre: a água escorre. A chuva chove. A chuva molha. A chuva molha até o voo dos pássaros. Corre, corre e escorre. A chuva voa em todo espaço".

A cena final, a despedida dos técnicos da Petrobrás de Cabra da Peste, define o homem e o seu mundo: "Da última distância que eu vejo, a sua montaria ligeira já nem aparece entre ele e a água. Parece que ele está apenas flutuando na sua condição de peixe, pássaro, jacaré e homem. Para mim, ele vai ficar, com suas casas e flores, com seus compadres faladores e suas cidades distantes, boiando entre peixes atônitos".

Cabra da Peste ingressa no restrito mundo dos personagens literários brasileiros não pelos seus dramas interiores mas exatamente por sua expressão com o mundo; porque, sem a via intelectual, é em choque direto com a realidade que ele se forma. Não há lugares nesse ser para conflitos existenciais: a existência é a sobrevivência. A pedagogia é a vida: "Quem me ensinava? Ora, o corte da juta: que a gente tinha de cortar no fundo com a água batendo pelo peito; o corte de castanha, que a gente tinha que cortar mil ouriços pra fazer uma barrica; o corte de capim, que a gente pra encher uma canoa, tinha que derrubar mais de trezentos feixes", diz ele. Seu mundo é mágico e filosófico porque entra pelo corpo em choque com o corpo das árvores e dos rios, brotando cores e sons: "Só quem não conhece essas pragas é que gosta do amarelo. Amarelo no campo é mesmo que capim seco ou flor de matapasto: as tais das acácias silvestres. Amarelo no homem é sinal de febre, febre-malária, maleita e impaludismo. Pra ser cor, aqui pra nós, amarelo tem que voar nas asas dos pássaros ou de borboletas. Por cima dos campos ou parado nos galhos é cor de coisa que não presta".

Quem pode entender essa linguagem de símbolos irrevelados? Este é um dos grandes desafios para nós, filhos da tecnologia artificial das organizações complexas, que vemos a natureza como inimiga e somos incapazes de coexistir com ela, que nos gerou. Os Cabras da Peste dos rios-furos-paraná-lagoas da Amazônia a entendem ("A chuva tem uma conversa-fiada-tecida-na-palha que até é doce de se escutar..."). Esperemos que, agradecendo a intermediários como Benedicto Monteiro, saibamos preservá-los preservando-nos, ao invés de destruir tudo num sentimento criminoso de culpa que jamais confessaremos.





Nem sempre o artista que, na volta de uma excursão ao exterior, é o mais festejado foi o que teve mais sucesso: o caso de Sebastião Tapajós é uma expressiva confirmação dessa regra.

# ENCICLOPEDIA

## O sucesso do músico tímido

Ao comentar o cabotinismo da maior parte dos artistas brasileiros quando regressam do Exterior, sempre anuenciado um sucesso extraordinário, Mister Eco citou duas grandes excessões: Dolores Duran ("sim, gravei em Paris. O meu nome, em uma árvore do Sena") e o paraense Sebastião Tapajós, "de uma humildade que lhe chega a ser prejudicial".

Na verdade, como os grandes instrumentistas brasileiros, Tapajós é mais conhecido e valorizado fora daqui. Já deve ter perdido a conta, pela força do hábito, dos concertos que tem realizado praticamente no mundo inteiro. Gravou discos na Alemanha, Japão e Argentina. E com ele quase sempre a rotina é a mesma, quando sai do Brasil integrando grupos: a imprensa badala os outros e na hora de voltar, sem alardes, Sebastião vem trazendo contratos assinados para discos e apresentações. Foi o que aconteceu por exemplo em 1972, quando saiu pela Europa com Maria Bethania e Paulinho da Viola, excursão que lhe rendeu 20 concertos da Alemanha a Israel, durante 1973. E quem duvida que fale com Astor Piazzola — "um dos melhores violinistas do mundo" — ou Baden Powell, que o apresentou a Billy Blanco: "Este é o Sebastião Tapajós, que toca violão como um viciado."

Nascido em Santarém, chama-se Sebastião Pena Marcião. O Tapajós é referência ao rio que banha a cidade, onde, aos nove anos, começou

a tocar violão, aprendendo com o pai. Depois de uma fase de auto-didatismo, resolveu vir para Belém, onde, apoiado por Gelmirez Melo e Silva, tomou lições com os professores Drago, Ribamar e Tacito Almeida. Em julho de 1963, viajou para o Rio de Janeiro, onde fez um curso de técnica violonística com Othon Salleiro. Em janeiro de 64 seguiu para a Europa, como bolsista do Conservatório Nacional de Música de Lisboa.

Depois de alguns concertos, seguiu para Madrid, onde frequentou o curso de guitarra hispânica de Emilio Pujol. Foi bolsista no Instituto de Cultura Hispânica e permaneceu um ano na Europa.

Dè volta a Belém, ensinou no Conservatório "Carlos Gomes" e deu concertos na SAI e Teatro da Paz.

Viajou para os Estados Unidos, onde se apresentou no Auditório da Universidade Brasileira de New York, voltando para o Rio de Janeiro, onde mora atualmente.

Também é compositor ("Brisa Leve", "Transa de Amor", "Depois do Carnaval") e assim se considera mais próximo do público brasileiro do que como instrumentista. Divide sempre seus concertos entre o clássico e a música popular brasileira, além do folclore. Sem pertencer a grupos ou patotas, é muito entrosado com Pedro Santos, percussionista, com quem trabalha sempre que pode e com quem já gravou na Argentina. Sua discografia no Brasil não é quase divulgada e o melhor de seu trabalho está nas discotecas européias e japonesas.

Sebastião nunca teve

dúvidas sobre o que esperava quando foi ao Rio pela primeira vez: "Vinha com uma só vontade, a de viver do violão, custasse o que custasse, jamais arranjaria um emprego ou tarefa que me fizesse perder tempo.

Um dia me ofereceram para ser acompanhante de uma cantora de sucesso e para me apresentar na televisão acompanhando calouros. De certa forma precisava de dinheiro e foi muito difícil a opção que tive de fazer. Mas me lembrei dos meus tempos de menino em Santarém e decidi que, para ser acompanhante, voltaria para minha terra. Aqui teria que vencer de uma forma diferente, só usando o meu talento.

## Uma viagem de estrada a EUA

A rede rodoviária federal na Amazônia cobre uma extensão de 21 mil quilômetros, entre trechos com pavimentação asfáltica, em implantação definitiva e em fase de implantação. Atualmente, a Amazônia está interligada ao resto do Brasil através das várias rodovias que fazem conexão com o eixo rodoviário de Brasília.

A elaboração de um Plano rodoviário para o Oeste Amazônico, "onde se verificavam os maiores vazios demográficos da área e a ausência total de rodovias", foi reivindicado pela SUDAM junto ao Ministério dos Transportes, em 1967, para "estimular o processo de desenvolvimento, ocupação e colonização, oferecendo conotações diretas a fatores ligados à própria segurança nacional e complementando os objetivos da integração pan-americana definida na carta de Punta Del Leste".

## AMAZÔNIA ESTADOS UNIDOS

A implantação da rodovia Transamazônica decorreu do Programa de Integração Nacional tendo como objetivo solucionar problemas diferentes: a interligação dos extremos navegáveis dos afluentes da bacia sul do rio Amazonas; a ligação dos vazios demográficos e terras férteis da Amazônia ao Nordeste, e o acesso aos portos de Cabedelo e Recife, estabelecendo conexão do Oceano Atlântico com o Pacífico, através da integração das redes viárias do Brasil com o Peru.

Próximo ao município paraense de Itaituba, a Transamazônica corta a rodovia Cuiabá-Santarém, que está sendo construída pelos 80. e 90. Batalhões de Engenharia e Construção do Exército. Com a construção dessas rodovias, 100 quilômetros de cada margem passaram para o poder da União, e são administradas pelo INCRA, — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A construção da Transamazônica gerou um clima de euforia nacional que atingiu o clímax numa declaração pública do ex-ministro dos transportes, Mário Andreazza: "Um governo que fez tudo, mas não abriu estradas, não fez nada.

Um governo que não fez nada, mas abriu estradas, fez tudo" Do ufanismo de Andreazza à megalomania rodoviária nacional, surgiu a Perimetral Norte.

Constituindo uma réplica da Transamazônica, no outro lado da calha do rio Amazonas, contornará toda a fronteira Norte e Ocidental, formando uma ferradura para interligar os terminais navegáveis dos afluentes do rio Amazonas. Após sua conclusão, com os prolon-

gamentos de Mitu e Cucuí, formará com a Transamazônica um amplo anel rodoviário, unindo todas as regiões aos pontos de acesso ao Centro-Sul brasileiro.

A Perimetral Norte irá do Atlântico até às fronteiras das Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, abrindo acesso aos portos do Pacífico e do Caribe, através das conexões com a Transamazônica, em Cruzeiro do Sul, da BR-174 (Manaus - Caracará, em implantação) e no Amapá, com a BR-156, que liga Macapá a Oiapoque, na fronteira da Guiana Francesa.

Saindo-se de Belém, pode-se atingir todas as capitais do litoral brasileiro, sempre em cima de pavimento asfáltico, sem para isso utilizar-se do planalto.

A Amazônia vai interligar-se, também, em breve, ao continente norte-americano, com a implantação asfáltica da rodovia Brasília-Caracas, que vai interligar as três Américas e a capital da Venezuela, que já se liga a Bogotá. Daí será possível, através da travessia do Tampon del Darien, atingir o Canal de Panamá e daí a América do Norte.





Aproximadamente 10% da população procura diariamente as bancas de cachorro-quente: uma moda, fome, a possibilidade de comer (nem sempre bem) por um excelente preço (entre 1,50 e 2 cruzeiros)?

## Belém: 90 mil sanduiches por dia, (uma nova moda)

No início da noite, eles começam a instalar seus carrinhos, preparar os detalhes principais e ficam à espera dos consumidores noturnos, gente que sai de festas. São os vendedores de cachorro-quente, um novo tipo de comércio que prolifera na cidade.

Alguns tom nomes sofisticados, como "Big-dog", "Click". Outros mais simples, como "Cachorrão", "Comilão", "Arrastão". Desde o ano passado, quando quase a cada dia surgiam novos carrinhos de cachorro-quente (talvez influenciados pelo psicólogo de Brasília, que largou a clínica para fazer fortuna nesse tipo de comércio), os tradicionais do ramo, como "Pernambucano", "Paraibano" foram perdendo terreno para os novos concorrentes que, usando a velha lei da oferta e da procura, foram reduzindo o preço até estabilizá-lo em um cruzeiro. A novidade porém, foi a introdução da venda de refrigerante, que tornou mais rendoso esse tipo de comércio.

Alguns carrinhos começam a funcionar pela manhã, mas a maioria só a partir das 19 horas, até a madrugada. Nas noites de maior movimento (sexta e sábado), alguns vendedores chegam a amanhecer vendendo o produto.

Quase todos os vendedores não são proprietários mas apenas empregados. E normalmente o comerciante possui mais de um carrinho. Existem mesmo empresas organizadas, com mais de 20 carros, que mantêm

igual número de empregados, com os benefícios do INPS, FGTS e salário-família.

Os carros de cachorro-quente que têm maior número de frequentadores estão localizados nas praças Brasil e Amazonas e na Alcinda Cabela com Magalhães Barata (antiga Independência). Se por um lado é um ótimo negócio para os proprietários, que chegam a vender 1.500 cachorro-quente por dia, a situação dos empregados é precária, pois alguns não chegam a ganhar nem mesmo o salário-mínimo, embora tenham que trabalhar muitas vezes mais de oito horas contínuas por dia.

### A HIGIENE PRECÁRIA

A Secretaria de Estado de Saúde Pública exige dos vendedores de cachorro-quente a carteira de saúde, uma bata branca, unhas aparadas e proíbe o fumo. Além disso, a pessoa que manipula com o alimento não deve pegar em dinheiro — exigência quase impossível de ser cumprida pois a maioria dos carrinhos tem apenas um vendedor. E a SESP diz que só libera os carrinhos que possuam lugar para armazenamento de alimentos e que sejam revestidos em fôrmica ou alumínio.

Outra determinação da SESP, é de proibir a venda de qualquer tipo de comida em frente às repartições públicas, principalmente nas portas de colégios e casas de saúde. O limite estabelecido é de 500 metros distante desses locais. Contudo, essas exigências

quase sempre não são obedecidas, pois existem vendedores que nem a carteira de saúde possuem.

O médico Octávio Wanzeler, diretor da Divisão de Higiene e Alimentação da SESP, estima em mais de uma centena o número de carros apreendidos pela Secretaria, por não preencherem as exigências mínimas de higiene. Contudo, Wanzeler faz questão de afirmar que a atual filosofia da SESP é de esclarecer e não de punir.

### PREFEITO PROÍBE NOVOS CARROS

A Fiscalização Municipal, por sua vez, só aprova os carros de cachorro-quente depois de liberados pela SESP. Além da carteira de saúde, o proprietário deve pagar uma taxa de 47 cruzeiros. Atualmente, a Fiscalização não está liberando novos carrinhos por determinação do prefeito Octávio Cascaes, que considera o número existente na cidade suficiente ou até mesmo excessivo.

Estão cadastrados na Fiscalização Municipal apenas 71 carrinhos, embora o próprio major Rolando Chalu, da FM, admita a existência de mais de 500. Semana passada, foram apreendidos seis desses carrinhos, que estavam impedindo a passagem de pessoas em frente ao cine Palácio, durante a exibição do filme "O Exorcista". Os vendedores reclamaram que não receberam nenhum aviso prévio. "É uma luta constante", afirmaram.





Ao mesmo tempo que a "Nova Marabá" não sai efetivamente dos planos, um bairro floresce à margem da Transamazônica e se expande para o sul, onde os marabaenses esperam que, além do ciclo das águas, também as condições de vida mudem.



## Nova vida num novo ambiente para Marabá

Ao mesmo tempo em que a chamada "Nova Marabá" não sai efetivamente dos planos — embora o escritório da SUDAM em Marabá já esteja recebendo os pedidos de lotes — o bairro que floresce à margem da Transamazônica se expande agora para o sul, em direção à agrovila do INCRA: uma quadra de 706 lotes (o Jardim Novo Horizonte) acaba de ser integrada à "Cidade Nova", também conhecida como povoado Jarbas Passarinho.

O novo núcleo, com capacidade para mais três mil pessoas, vai contar com um sistema integrado de comércio, escolas, áreas verdes e centros de diversões, que lhe dará uma certa autonomia em relação ao principal centro urbano do Município.

Logo depois que a Agência Municipal do Bairro do Amapá (que, segundo o seu agente, recebe de 30 a 50

pedidos diários do terreno para futuras construções) começou a distribuir os lotes, os contemplados edificaram suas moradias, já existindo na área pelo menos 100 novas casas, a maioria coberta de telhas.

Um dos sintomas benéficos deste crescimento populacional e conseqüente investimento na área pode ser encontrado na arrecadação dos impostos: a receita tributária, que antes da instalação da agência não ultrapassava 8 mil cruzeiros, ano passado alcançou 140 mil.

A agente Maria de Nazaré Azevedo, que sucedeu a Raimundo Cunha na administração dos bairros isolados de Amapá e Cidade Nova, e seu auxiliar, Francisco Gomes da Silva, estão eufóricos: o Novo Horizonte vai ganhar um ginásio estadual com as oito séries, conforme informou um engenheiro da Secretaria de Obras do Estado,

e até o dia 15 de fevereiro os dois bairros estarão com os postes de concreto e a instalação de rede elétrica concluídos, segundo os planos da CELPA.

### CUSTO DE VIDA E DE MORTE

Enquanto isso, a "Velha Marabá" enfrenta problemas seríssimos: não há mais lugar para novas sepulturas no cemitério de São Jorge e por isso os enterros estão sendo feitos na margem direita do rio Itacaiunas, no quilômetro dois da Transamazônica.

Quase sempre falta luz porque os motores quebram ou a rede elétrica está sendo substituída, causando prejuízos aos comerciantes em geral e motivando reações curiosas como a dos alunos de um colégio que, irritados com a falta de luz, destruíram 380 carteiras escolares. Também

quando falta luz, falta água. E esta, quando vem, é levada sem o menor tratamento diretamente do rio para as residências.

As construções se multiplicam, mudando a face da cidade e indicando que se há algum capital é somente em mãos dos comerciantes. Mas o marabaense sente cada vez mais alto o custo de vida (carne e leite reajustados a cada três meses; aluguéis exorbitantes, alimentos supervalorizados). E nem mesmo os produtores de castanha deixam de reclamar: o produto não tem preço.

Em Marabá, porém, o clima que predomina é o de expectativa: as águas do Itacaiunas e do Tocantins voltarão este ano a atingir níveis tão elevados como no ano passado? Nos meses de janeiro, março e abril de 1974, mais de mil pessoas ficaram desabrigadas pois suas casas

foram invadidas pelas águas. Apesar disso, os planos das autoridades federais de transferir os marabaenses para uma parte mais alta, livre das enchentes, continuam nos papéis.

O D N O S — Departamento Nacional de Obras de Saneamento, chegou a sugerir a intervenção de força policial para impedir que os desabrigados retornassem à velha cidade. Mas muitas das casas abandonadas ano passado foram novamente ocupadas logo que as águas dos dois rios que banham Marabá voltaram aos seus níveis normais. E esse ano, se houver nova enchente, as conseqüências não serão tão calamitosas porque muita gente ficou instalada, ainda que precariamente, no bairro Jarbas Passarinho, na outra margem do Itacaiunas, em terra firme. Onde se espera que, além do ciclo das águas, também as condições de vida mudem.







**Já nas bancas**  
**a segunda edição do**  
**primeiro volume da trilogia de**  
**Benedicto Monteiro:**  
**“Verde Vago Mundo”.**  
**E em breve,**  
**“O Minossauro”**

Gosto do livro de Benedicto Monteiro, porque “Verde Vagomundo” é um romance que se realiza plenamente como linguagem; porque ele quebra as normas de uma concepção narrativa existente há centenas de luas, na Amazônia; porque é uma obra essencialmente de ação; porque sem afastar-se da natureza, ele navega nos estuários do destino do homem, mostrando essa divisão que ocorre dentro dele, reflexo da partilha do mundo que o circunda; porque pretende que esse homem acorde antes que seja tarde demais; porque não é um romance feito no vazio, estando indissoluvelmente ligado à vida social, formando um todo; porque é uma arte feita com ternura, piedade, fogo e ranger de dentes.

— João de Jesus Paes Loureiro —

O livro de Benedicto Monteiro redescobre a Amazônia dentro de uma cosmovisão amarga e li-cida. Ser á esta, porventura, a primeira vez que um documento literário, de alto teor expressivo, retrata com clarividência e autoridade uma Amazônia que não é apenas o rincão exótico e desconhecido mas sobretudo e sofridamente um pedaço do mundo. Benedicto Monteiro acentua, com singular perspicácia, o isolamento do homem da Amazônia aparentemente um contraste com o delírio multifário e fuidoso do homem não amazônico. Mas o que a arte de Benedicto Monteiro focaliza, com certa impiedade, é a perfeita sinfonia que existe entre ambas as solidões — a do silêncio da noite selvática e a do ruído das notícias dolorosas e agressivas, oriundas de um mundo que ainra não encontrou o amor. As duas solidões são uma só coisa — o drama punjunte do homem solitário no tempo e perdido no espaço, vítima de sua persistente incapacidade de construir um mundo melhor. “Verde Vagomundo” universaliza o regional e abre, em nossa literatura, uma fonte de renovação.

— Cônego Ápio Campos —





# Notas

## Respeitável público...

O circo volta a ser montado sobre as bases perecíveis do ano passado. Com algumas caras novas no elenco, ninguém sabe se resistirá à própria inconsistência ou sobreviverá aos aplausos generosos do público, que está sempre disposto a esquecer, desde que lhe sejam oferecidas emoções fortes.

O Paissandu, que terminou o ano de 1974 afogando-se em dívidas, a ponto de ter o abastecimento d'água de seu estádio cortado, anuncia a contratação de um time inteiro de futebol, e contraiu novas dívidas com a compra do passe do médio volante Roberto Bacuri, por cem mil cruzeiros, valendo mais de um terço da folha de pagamentos do Clube do Remo, que é de 146 mil.

O Clube do Remo, apesar das dívidas, contratou por um preço milionário o treinador Paulo Amaral, mas não cuidou de renovar seu time que, apesar de jovem, dificilmente resistirá ao desgaste do convívio sucessivo de três anos. A história do futebol brasileiro, está repleta de exemplos nesse sentido, como o do Botafogo, dono de um dos melhores plantéis de futebol do país, mas que não consegue ser campeão da Guanabara há mais de três anos.

A Tuna Luso Brasileira deverá ser, em 1975, o mesmo time cheio de brios dos anos anteriores, mas indefinido e contido dentro de suas próprias limitações. Resta-lhe a simpatia dos torcedores, pois é o único clube com um time formado com base nos jogadores locais; o que todos aplaudem mas ninguém faz.

Sport Clube Belém, Combatentes, Júlio César, Sporting Clube do Pará e Tiradentes — os ajudantes do circo — com muito custo voltarão a entrar em campo. Eles porém gozam de um privilégio que falta aos trapezistas, aramistas e palhaços do circo: como nada têm, pouco devem. Também nada ganham.

### REPETINDO VELHOS ERROS

O balanço dos acontecimentos verificados no futebol paraense, em 1974, mostrou (ver BANDEIRA 3, no. 1) que ele era um circo armado ao início de cada temporada e desarmado ao final do campeonato. Essa parece ser uma verdade aceita inclusive pelos cartolas do futebol paraense. Mas ninguém se preocupa em fazer as coisas de um modo diferente.

O Paissandu já anunciou a contratação de um time inte-

ro de futebol, em outros centros do país, e comprou o passe de um jogador (Roberto Bacuri), por um preço superior à sua própria folha de pagamentos, no ano passado inferior a 90 mil cruzeiros. Ao lado de Bacuri, o Paissandu anuncia, ainda, a contratação de Ney Conceição, ex-Flamengo e seleção brasileira, atual Botafogo. Ney Conceição é um jogador bastante valorizado, mas boicotado devido às suas idéias pouco comuns em um jogador de futebol.

A crise do Paissandu é própria do futebol paraense. Pouco imaginativa, a Federação Paraense de Futebol (FPF) já anunciou a realização do desinteressante torneio Cidade de Belém, numa época de chuvas e de estruturação dos times, e, inevitavelmente, de baixas rendas, cansativo e desgastante para dirigentes, jogadores e público.

Com as dívidas contraias no Clube de Belém, os clubes paraenses chegarão aos campeonatos paraense e nacional. Para o Clube do Remo, que tem sua presença garantida, o Nacional certamente refletirá os efeitos negativos de "se deitar em berço esplêndido" sobre os "louros da vitória". Nem o Paissandu, nem a Tuna, apesar de tudo, correm tanto risco ao disputar um mal campeonato quanto o Clube do Remo, que se repetirá.

Para o campeonato paraense, resta, este ano, a alternativa de ampliá-lo a nível estadual, incluindo participantes de Castanhal, Santarém, Capangama, Bragança e outras cidades, centros com relativa infraestrutura e capazes de proporcionar boas arrecadações. Poderá ser disputado por zonas, onde em cada grupo seria colocado um grande de Belém, para garantir o bom rendimento técnico e econômico. A hora é de investir, pois nem tudo está consumado. Levando o campeonato ao interior aparecerão os estádios, o dinheiro e os novos valores indispensáveis para que o circo não precise ser desarmado, ou pegue fogo.

## CIA: quando o erro é fatal

No primeiro domingo de janeiro, o presidente norte-americano Gerald Ford nomeou uma comissão de oito membros para investigar as atividades da Agência Central de Inteligência (CIA) dentro dos Estados Unidos. Imediatamente, um grupo de senadores democratas, interessados em abalar ainda mais as bases eleitorais dos republicanos nas eleições presidenciais de 1976, reclamou uma investigação do

Congresso com os mesmos objetivos. Endossando as críticas feitas pelos jornais New York e Washington Post à idoneidade da comissão nomeada pelo presidente, que no passado colaborou direta ou indiretamente, com a Agência, os senadores afirmaram que a investigação não revelará o que espera o povo norte-americano.

A comissão será presidida pelo vice-presidente Nelson Rockefeller e inclui o ex-governador da Califórnia, Ronald Reagan.

Esta comissão, segundo as críticas, teria sido formada por pressão de Henry Kissinger junto ao presidente Ford, para evitar que o Congresso tomasse a iniciativa e iniciasse uma investigação que causaria muitos embaraços ao governo e ao próprio Kissinger, cuja cabeça já está sendo pedida por alguns congressistas.

### COMITÊ 40

O secretário de Estado norte-americano certamente tentará evitar a todo custo uma investigação preliminar pelo Congresso da atuação CIA nos Estados Unidos, porque este será o primeiro passo para uma futura investigação da atuação da Agência no exterior. Ela fatalmente fará vir à tona o chamado Comitê 40 do Conselho de Segurança Nacional, formado por cinco homens, sob a direção de Henry Kissinger.

Este Comitê é considerado um supergoverno secreto que por motivos óbvios é obrigado a se reunir nos porões da Casa Branca. Suas decisões nem sempre são comunicadas ao Presidente, nem mesmo quando estas impliquem em risco de guerra, como a derrubada de um governo de um país que enveredou por um regime contrário aos interesses norte-americanos. Estes comitês existem desde o governo de Harry Truman, mudando apenas o número.

Sua última operação, de que se tem conhecimento — autorizada por Kissinger — foi a de financiar a "desestabilização" do governo de Allende, a um custo de 8 milhões de dólares.

A execução esteve a cargo da CIA. Desta forma, embora muitas das sugestões tenham partido da própria Agência, ela está subordinada ao Comitê.

Consta que estão agendadas futuras incursões em Portugal, devido ao crescente poder das esquerdas e de uma aproximação com a URSS, na Grécia, na Itália (por causa da

possível participação do Partido Comunista no Governo de Coligação) e em alguns países da África, que estão passando pelo processo de independência, conseguida pela luta de movimentos de "libertação" de tendência esquerdista.

Recentemente, o secretário e posteriormente o próprio presidente Ford reconheceram a possibilidade de uma intervenção nos países árabes e outros países produtores de petróleo, como aconteceu no governo do Irã em 1953, quando iniciou a nacionalização de interesses petrolíferos norte-americanos.

Antes da nomeação da comissão, o Comitê foi reconhecido publicamente por Ford.

Alguns acham que isto significa o início de um processo de institucionalização do supergoverno e, conseqüentemente, de suas decisões.

O diretor da CIA, que também pertence ao Comitê, William Colby, com larga experiência em operações clandestinas, disse em um recente discurso pronunciado em Washington, que "seria um erro privar nossa Nação da possibilidade de uma ação secreta moderada em resposta a um problema estrangeiro, deixando-nos duas alternativas: um protesto diplomático ou enviar os marines".

## Mulher

### melhor do

### que homem?

O avanço das mulheres é lento, mas inevitável. Dos 2.246 candidatos aprovados no vestibular deste ano da Universidade Federal do Pará, 1.184 eram do sexo outrora conhecido como fraco e 1.062 homens.

Dos 30 alunos que ficaram com o primeiro lugar das diversas áreas de ensino, 14 eram mulheres. Mas elas ficaram com três das cinco maiores notas, sempre acima de 8. E embora tenham perdido a liderança em áreas onde sempre foram as melhores (como Psicologia e Serviço Social), avançaram sobre setores tradicionalmente masculinos: engenharia mecânica, engenharia civil e engenharia eletrônica. No futuro, ninguém as poderá conter.

## O que esperar destes cursos

Nos últimos dois anos, a Universidade Federal do Pará criou quatro novos cursos, ficando agora com um total de 30 em diferentes áreas de ensino.

O último a ser criado foi o de Filosofia, dentro da área de Ciências Humanas, que teve o primeiro vestibular realizado este ano, com 50 vagas.

O curso de Filosofia apresenta 17 disciplinas do currículo mínimo e complementares obrigatórios e seis disciplinas oferecidas ao aluno como opção.

Quando ele já tiver obtido, no Primeiro Ciclo, os créditos correspondentes a quaisquer dessas disciplinas, ficará dispensado de cursá-las no Segundo Ciclo ou Profissional.

Para a integralização dos créditos correspondentes ao Curso, serão observados os seguintes limites mínimos: 153 créditos no total do curso, incluindo os obtidos no primeiro ciclo; 7 créditos desse total em disciplinas optativas; 34 créditos do total do curso em disciplinas pedagógicas.

O aluno poderá também, pelo crédito de monitoria (uma assessoria ao professor, com a possibilidade de substituí-lo em aulas) em qualquer uma das disciplinas, obter três créditos, vedada a acumulação de créditos correspondentes a mais de um semestre ou a mais de uma disciplina.

Para matricular-se em qualquer período letivo, no segundo ciclo, o aluno de Filosofia deverá escolher disciplinas cujos créditos somem pelo menos 18 e, no máximo, 27 por período.

Nesse novo curso da UFPA, o aluno fica também obrigado a cursar a disciplina "Estudos de Problemas Brasileiros" e, lógico, submeter-se à prática de Educação Física.





# ORGANIZAÇÃO JURIFISCAL LTDA. (JURIFISCO)

**PRESTA ASSESSORIA FISCAL EM GERAL**

**DR. SALATIEL PAES LOBO, ADVOGADO**

**DR. RONALDO PASSARINHO PINTO DE SOUZA.  
ADVOGADO**

**DR. WILSON MODESTO FIGUEIREDO,  
ECONOMISTA**

**DRA. LINDALVA BARROS LOPES, ADVOGADA**  
AV. PRESIDENTE VARGAS, 351, EDIFÍCIO PALÁCIO DO RÁDIO  
CONJUNTO 311-TELEFONES: 23-3279, 23-3211 E 22-1648  
CAIXA POSTAL 470

# Você não tem escolha.

**Caderneta  
de Poupança  
é com a**  
 **vivenda**

**-dividendos, correção monetária e garantia do Governo Federal.**

BELÉM: Rua 13 de Maio, 363 • SANTARÉM: Rua Floriano Peixoto, 572

MERCURIO







## Para obter a aprovação, a alienação

Supõe-se que um estudante, quando consegue superar todas as barreiras e penetrar incólume na Universidade, possua vastos conhecimentos sobre um grande número de assuntos. A Universidade, ao elaborar os testes seletivos, obedece ainda ao critério erudito, que vem de suas origens. Exigia-se dos estudantes conhecimentos profundos sobre os assuntos constantes dos currículos. Daí uma frase corriqueira entre as pessoas que saíram dessas escolas: "naquele tempo era que se estudava". Este princípio elitista excluía do processo universitário todos os que não possuíssem meios para manter os estudos. A Universidade era fechada porque exigia conhecimentos sofisticados de seus currículos, que só poderiam ser adquiridos por estudantes nascidos das ricas famílias agrárias, ou, mais recentemente, da incipiente burguesia urbana.

Hoje, os mesmos princípios elitistas permanecem no meio universitário. Mas agora, estudantes vindos de todas as classes exigem um lugar na Universidade, que não acompanhou a difusão do

ensino, conseqüentemente aumentando o número de candidatos, com a oferta de mais vagas em proporção igual aos que querem participar do ensino universitário, mas sem que a qualidade fosse mantida. O critério seletivo adotado atualmente é de admitir o acesso dos mais bem preparados. Exige-se do candidato vastos conhecimentos sobre os mais variados assuntos, mas sem a profundidade adequada a quem se prepara para ingressar num curso superior. Aliada a essa superficialidade, exige-se pouco dos candidatos em relação aos assuntos da atualidade. O candidato é capaz de responder o ano e a data em que foi assinado o tratado de não-proliferação de flexas e

arcos entre as tribos dos pigmeus da remota África Negra e as Amazonas do Continente Americano, mas é incapaz de matar a charada que resultou na crise de energia que abalou o sistema econômico ocidental.

O estudante é o menos responsável por essa distorção no ensino. A própria Universidade, perpetuando os critérios eruditos de suas origens, estimula os estudantes nessa direção. O candidato é obrigado a conhecer vários assuntos, cada vez de forma mais superficial e divorciados dos temas da atualidade, que são na verdade os que mudam o curso de nossas vidas. Uma encuesta feita entre os estudantes que tiraram os primeiros lugares mostra a

realidade dessa distorção.

### RESPOSTAS

O acontecimento mais importante para o futuro institucional do País, as eleições realizadas em 15 de novembro, não faz parte da agenda de preocupações prioritárias do estudante universitário. As respostas dadas pelos estudantes levam a essa conclusão. A maioria dos estudantes ouvidos votou na Arena ou no MDB não por uma questão de reflexão sobre as metas apresentadas durante a campanha eleitoral. A amizade decidiu o voto.

Os calouros ouvidos têm poucos conhecimentos sobre os currículos dos cursos que irão frequentar. Vão entrar na

Universidade sem saber sequer o currículo do curso. Que critérios o estudante utilizou para a escolha do curso? Pelas respostas, parece que prevaleceram os desejos da família ou outros tipos de pressão. Isto quando a escolha não é feita à maneira do jovem Antonio Aldo Souza de Carvalho, 20 anos, 1º lugar em Nutrição: "eu queria fazer Agronomia, mas depois achei que teria mais campo em Nutrição".

Acostumados ao sistema de testes que não exigem o desenvolvimento do raciocínio, os estudantes perderam a capacidade de discutir os assuntos, contrapor idéias, associar fatos. Isto é, expor seus conhecimentos e não apenas acertar a resposta.



## O que pensam os primeiros lugares do Vestibular

Abaixo, os questionários com dois novos universitários: Maria Alice ficou com o primeiro lugar de Arquitetura e Osvaldo Filho foi o primeiro em Física.

● Maria Alice Cristina Pinheiro da Costa (19 anos) Arquitetura.

1. Por que escolheu o curso de Arquitetura?

R. Porque acho que é uma matéria que tem uma grande parcela de arte.

2. Sabe o currículo do curso?

R. Não.

3. Sabe como funciona o sistema de financiamentos do BNH?

R. Estou completamente por fora.

4. Votou em que Partido e por quê?

R. Votei na Arena porque tinha amigos no Partido.

5. O que sabe a respeito da crise de energia?

R. Abalou o mundo inteiro. Começou nos Estados Unidos e re-

percutiu aqui.

6. Qual o motivo da renúncia de Nixon?

R. Renunciou devido ao processo de Watergate.

7. Sabe quem revelou o escândalo de Watergate?

R. Os jornalistas.

8. Qual o Regime vigente em Portugal?

R. Democracia.

9. Qual a origem da palavra Democracia?

R. Não sei.

10. Acha as construções habitacionais de Belém adequadas à ecologia da cidade?

R. Acho que as habitações de Belém deveriam ser de madeira e não de cimento armado.

11. O que acha do desmatamento da Amazônia?

R. Em Belém as árvores devem ser conservadas. Mas no resto da Amazônia o desmatamento torna-se necessário para a implantação de novas empresas. As árvo-

res derrubadas devem ser aproveitadas comercialmente.

12. Existe mercado de trabalho para arquitetos em Belém?

R. Acho que não. O engenheiro tem prioridade. O paraense está acostumado a entregar a construção de seus prédios a engenheiros, dispensando o trabalho dos arquitetos.

13. Após concluir o curso continuará em Belém?

R. Provavelmente não. Acho mesmo que vou concluí-lo no Sul. E fico por lá mesmo.

14. Qual foi a prova mais difícil do vestibular?

R. Português.

15. Quanto gastou para entrar na Universidade, com cursos, livros, etc.?

R. Perto de Cr\$ 5.000,00.

Osvaldo Gonçalves dos Santos Filho (17 anos), 1º lugar em Física.

1. Por que escolheu o curso de Física?

R. Porque é a matéria que mais me atrai.

2. Sabe o currículo do curso?

R. Não sei porque ele ainda está sendo bolado.

3. O que sabe a respeito da crise de energia?

R. A crise de energia que vem afetando o mundo inteiro foi provocada pelos árabes, que têm as maiores reservas de petróleo. Mas o Brasil não foi atingido diretamente pela crise.

4. Qual o motivo da renúncia de Nixon?

R. O Escândalo de Watergate.

5. Sabe quem revelou o Escândalo de Watergate?

R. Os jornalistas.

6. Qual o regime vigente em Portugal?

R. Regime Militar.

7. Existe mercado de trabalho para um físico em Belém?

R. No momento só dá para ser professor.